



SOLIDARIEDADE

ASSEMBLEIA GERAL

# Contas e Relatório do Programa de Ação 2024 aprovados por unanimidade



COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO

## CNIS percorreu o país a explicar o documento às associadas



COIMBRA

Associação  
Integrar  
apoia os mais  
vulneráveis  
dos carenciados  
há três  
décadas



PORTO

Obra N<sup>a</sup> S<sup>a</sup>  
das Candeias  
investe  
mais de  
2M€ na  
melhoria das  
instalações



**iD**

**A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE**

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

**NORDHigiene**  
Produtos de higiene e limpeza

Aprovado por dermatologistas

Eugénio Fonseca



## O voluntariado reforça a solidariedade das IPSS

A identidade das IPSS é a solidariedade. Nem todos poderão ter a mesma ideia sobre este valor humano nem a prática da mesma é igual. Até agora, não encontrei um conceito com que me identifique tão bem com este valor humano como o formulado por S. João Paulo II ao escrever: *«Esta (solidariedade), portanto, não é um sentimento de compaixão vaga ou de enternecimento superficial pelos males sofridos por tantas pessoas próximas ou distantes. Pelo contrário, é a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum; ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos.»*<sup>1</sup>. É claro que não é um mero sentimento, mas um compromisso, nem tão pouco uma simples oportunidade de demonstrar uma prática de altruísmo do tipo “toca e foge”, mas a possibilidade de envolvimento a sério com pessoas e causas. A solidariedade é a expressão inequívoca de, sem receios e hesitações, pensar com conhecimento da realidade e realizar ações, com a diversidade necessária, em prol de pessoas em diversas situações de fragilidade, mas todas em ordem ao bem comum. O que considero dar uma maior força à solidariedade é justificar a sua necessidade pelo sentido de responsabilidade que as pessoas devem ter umas pelas outras. O voluntariado tem de se alicerçar nesta forma de entender a solidariedade. Se conseguir ir por este caminho ele torna-se uma prática de cidadania.

Não se conhece, nem sequer aproximadamente, o número de voluntários existente em Portugal. Para além de não ser obrigatório ao Instituto Nacional de Estatística fazer o estudo regular deste setor, ainda não temos um conceito, minimamente, consensualizado

do ser voluntário. Por isso, vão aparecendo estatísticas parcelares. Decerto que a revisão da Lei de Bases de Voluntariado, em curso, vai minorar este constrangimento. O que se sabe é que somos dos países que estamos na cauda da Europa em termos de voluntariado organizado.

Nesta linha de dificuldade, também não sei quantos voluntários regulares estão a colaborar nas nossas IPSS. O que tento fazer a seguir é apenas uma mera abordagem ao número de voluntários existentes nas IPSS. Existem 5.665 IPSS ou equiparadas.

Se contarmos que todos os membros dos órgãos sociais são voluntários, o que não acontece em alguns casos, e que todas as IPSS possuem os três principais órgãos, o que também não se verifica em algumas situações, como é o caso dos Centros Sociais Paroquiais, que estão dispensados de terem Assembleias Gerais, e ainda que cada Mesa da Assembleia Geral seja composta por 3 elementos, a Direção por 7, o Conselho Fiscal 3, a juntar mais 2 suplentes por cada órgão, teremos 205.181 voluntários.

Reafirmo que este número é apenas uma simples amostragem e, estou certo de que pecará por defeito. Mesmo assim, já é muito significativo. Todavia, tenho a perceção de que seja, significativamente, menor o número dos que doam o seu tempo para, sem substituir postos de trabalho, (que devem ser criados), poderem reforçar a dedicação do pessoal assalariado que, mesmo sendo muita, por vezes não chega para fazer tudo o eles desejariam. Basta recordar o quão importante foi o contributo do número incontável de voluntários no tempo mais agudo da COVID. Para além disso, podem levar sugestões de atividades

muito úteis ao desenvolvimento socio-educativo-cultural-psíquico-espiritual dos destinatários e até dos trabalhadores.

Reconheço que há determinados receios na integração, no quotidiano das instituições, de pessoas que, por vezes, nem se conhecem. Para isso, deveria haver alguém com a responsabilidade de gerir o voluntariado. Cada IPSS deveria ter um/a gestor/a do Voluntariado que se encarregasse de: ver em que áreas seria necessária a colaboração de voluntários; disponibilizar um primeiro questionário ao qual, depois de validado, se seguiria uma entrevista feita por uma psicóloga (se existisse na instituição) ou pela própria gestor/a; o acompanhamento e avaliação dos primeiros tempos de trabalho do voluntário; o dirimir de pequenas possíveis tensões que pudessem vir a existir...

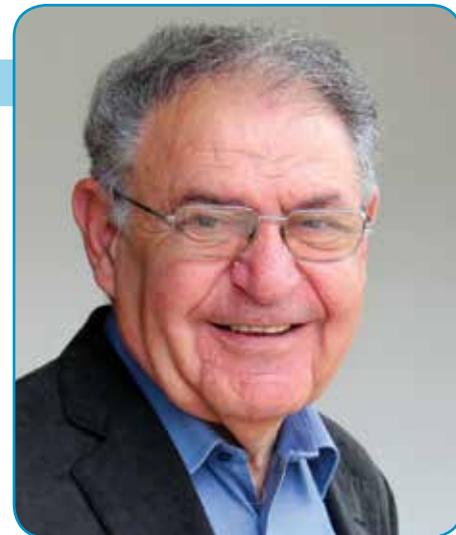
Como é do conhecimento geral, existe a Confederação Portuguesa do Voluntariado-CPV. Ela tem a honra de ter como suas confederadas as duas Organizações que mais IPSS abrangem como são a CNIS e a União das Misericórdias Portuguesas. A CPV está disponível para ajudar a criar ou revitalizar o setor do voluntariado sempre que for solicitada. Como tem acontecido noutras situações conta, para isso, com a cooperação de outras filiações que já trabalham muito bem nesta área.

Em Portugal, o voluntariado está a difundir-se por várias áreas. A mais expressiva é a da cultura, recreio e desporto. Todavia, está a ser muito apelativa no que respeita à defesa do ambiente, à proteção dos animais, à cooperação internacional e ao desenvolvimento local. Mas não podemos esquecer que a sua gênese está na solidariedade.

<sup>1</sup> Cf. JOÃO PAULO II, Carta Encíclica Sollicitudo Rei Socialis (30 de Dezembro de 1987), Lisboa: Edições Paulistas 1988, 38.

# EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



## Eleições

Com as eleições legislativas, autárquicas e presidenciais à porta, nunca é demais lembrar a importância do ato eleitoral, até porque a abstenção tem vindo a aumentar em Portugal como temos assistido nas várias eleições realizadas nos últimos anos.

As legislativas estão marcadas para o dia 18 de maio e é delas que sairão os deputados para a Assembleia da República e, conseqüentemente, para a formação do novo Governo e, talvez não fosse necessário invocar mais nenhuma razão para ir às urnas, mas em Portugal os elevados índices de abstenção mostram o contrário. As eleições autárquicas portuguesas de 2025 serão realizadas em data a marcar pelo Governo, entre 22 de setembro e 14 de outubro. Previsivelmente, as presidenciais serão em janeiro próximo.

Nas últimas eleições legislativas, realizadas em março de 2024, 33,8% dos eleitores não foram votar, enquanto nas últimas autárquicas (setembro de 2021) a abstenção ultrapassou os 46% e nas presidenciais (janeiro de 2021) a abstenção atingiu os 61%.

Se olharmos para as eleições legislativas por sufrágio universal direto em Portugal, a taxa de abstenção, em 1976, foi de aproximadamente 16%, enquanto para as autárquicas, no mesmo ano, a abstenção rondou os 35% e para as presidenciais foi de 25%. O afastamento dos portugueses das urnas acentuou-se a partir dos anos 90 e é comum em todo o tipo de eleições, ou seja, verifica-se tanto nas presidenciais como nas autárquicas e legislativas. Também nas europeias, mas estas, em princípio, serão apenas em 2029.

Votar é a única forma de mostrar o rumo que se deseja para a sociedade.

Depois do fervor do início do regime democrático, estarão os portugueses a considerar a democracia como um dado adquirido? Há quem diga que falta interesse político aos cidadãos nacionais, outros atribuem a culpa aos políticos e à pouca confiança que emanam. Certo é

que nenhuma desculpa é plausível e, enquanto os políticos vêm da sociedade, o exercício da política é necessário e é uma ciência nobre e enobrecedora.

Votar é a única forma de mostrar o rumo que se deseja para a sociedade. E numa democracia jovem, como a nossa, convém lembrar que foi preciso lutar para que o direito ao voto se tornasse uma realidade, agora, desperdiçada por quem não se desloca aos locais de voto.

É importante votar...

- Votar é um (não o único) dos símbolos máximos da democracia
- Quando não votamos, deixamos que outros (de quem podemos estar em desacordo) decidam por nós
- Votar é participar na vida comum do país e da comunidade, ou seja, é ter voz em assuntos com grande impacto na vida de cada um e de todos, tais como ambiente, bem comum,

cultura, desenvolvimento, destinação universal dos bens, dignidade da pessoa humana, economia, educação, erradicação da pobreza, ética, igualdade, impostos, justiça, participação na vida coletiva, proteção social, respeito pela vida humana, saúde, segurança, solidariedade, subsidiariedade e transparência

• A democracia não é um dado adquirido e votar é uma das formas de defender o direito de cada um e de todos terem uma opinião. Níveis grandes de abstenção dão azo à demagogia e ao populismo

• O ato de votar iguala os cidadãos, pois cada voto tem o mesmo valor

Votar...

- Em pessoas creíveis e com o sentido do serviço público e do bem comum
- Em programas viáveis
- Em partidos com os quais haja identificação ideológica.



## ASSEMBLEIA GERAL DA CNIS

# É importante deixarmos de olhar pelo retrovisor na matéria das atualizações

A CNIS reuniu em Assembleia Geral ordinária, em Fátima, no derradeiro sábado de março, um encontro que tinha como ponto de partida a apresentação e votação do Relatório do Programa de Ação 2024 e ainda as Contas da Confederação relativas ao ano transato.

A apresentação do relatório de execução do Programa de Ação ficou a cargo de Gil Tavares, membro da Direção, que destacou algumas ações levadas a efeito pela CNIS em 2024, mas não só.

O dirigente começou por enquadrar o ano passado, que a nível interno ficou marcado “pelo agravamento das dificuldades de sustentabilidade financeira, devido a fatores externos [como a guerra que tem elevado os custos com combustíveis, bens de primeira necessidade e outros] e outros, nomeadamente o impacto do RMMG, pela dissolução da Assembleia da República e pela realização das eleições em março e pela entrada em funções de um novo governo”, que conduziu ao “reinício das conversações e negociações”, que gerou “incerteza e falta de tranquilidade”.

Entre as ações realizadas, Gil Tavares destacou a comemoração do Dia da CNIS, a realização da XVII Festa e Chama da Solidariedade em Bragança, a candidatura, negociações e aprovação do «Projeto CNIS: Capacitar, eNvolver, Inovar e Solucionar», no âmbito do programa Pessoas 2030.

Nota ainda para a realização de dois seminários, dedicados às «Vivências da sexualidade, afetos e relações de intimidade»: «o caso das pessoas mais velhas», em Aveiro; e «o caso das pessoas com deficiência apoiadas pelas IPSS», no Fundão, e ainda a publicação dos dados do estudo sobre «A importância económica e social das IPSS em Portugal» para o ano económico de 2021.

Por outro lado, a CNIS prosseguiu com “o cálculo dos custos médios e técnicos das diferentes respostas sociais”, que têm servido de critério de atualização do financiamento do Estado como base na projeção dos custos das valências, e desenvolveu um vasto trabalho de recolha de dados para fundamentar a proposta de revisão financeira da Segurança Social da medida da gratuidade das creches.

Já entre as iniciativas não realizadas, Gil Tavares referiu, entre outras, as ações de formação-ação para trabalhadores e dirigentes de IPSS, através de candidatura ao programa Pessoas 2030 (a medida continua inscrita no programa Compete 2030, mas as instituições do Sector Social Solidário não são elegíveis), a participação na elaboração da Conta Satélite da Saúde, que foi suspensa por inicia tiva do INE - Instituto Nacional de Estatística, ou ainda a realização de estudos em áreas de interesse e relevo para o Sector Social Solidário, uma ação retirada do «Projeto CNIS» na sequência da revisão orçamental da candidatura apresentada pela Confederação ao Aviso Pessoas 2030.

De seguida, a assessora Goreti Teixeira apresentou as Contas 2024, cujo saldo líquido final foi de 2.943,37 euros, quando, em 2023, havia



sido de 118.652,52€ negativos. No ano passado, a CNIS teve gastos de 702.443,05€ e rendimentos de 705.386,42€.

Apresentados os dois documentos à Assembleia e sem grandes reparos por parte das associadas, os documentos foram aprovados por unanimidade.

Com o Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário 2025-2026 assinado, 11 dias antes, e com a CNIS com as sessões explicativas do documento já agendadas, o presidente da Direção, na sua intervenção inicial, fez mais um relato do processo negocial do que uma explicação do mesmo.

O padre Lino Maia remeteu esclarecimentos sobre o Compromisso de Cooperação para as Sessões Explicativas que a CNIS, entretanto, promoveu [ver páginas centrais].

O líder da CNIS começou por sublinhar que, apesar do Compromisso só ter sido assinado agora em março, “em outros anos já foi em julho e agosto”, acrescentando que “este foi assinado em março, mas o ideal era ter sido em novembro”, mês em que as Entidades Representativas do sector Social Solidário (ERSSS) entregaram a sua proposta ao governo.

“As ERSSS apresentaram uma proposta ao governo em novembro, que não foi logo analisada, e, só mais tarde, foi analisada, tendo, então, o governo apresentado uma contraproposta”, contou, sublinhando: “Habitualmente, é ao contrário que acontece, com o governo a apresentar uma proposta e as ERSSS a contrapor”.

O padre Lino Maia confirmou aos presentes que a negociação “foi difícil, quase houve rutura”, o que ninguém queria.

“Se houvesse rutura, provavelmente, ou não, seria publicada uma portaria com atualizações que,

seguramente, seriam menores do que as atuais”, partilhou.

O processo adotado para alcançar os valores de atualização presentes no Compromisso 2025-2026 passou pelos resultados alcançados pelo Grupo de Trabalho encarregado de avaliar os custos médios reais (2023) para todas as respostas sociais.

“Chegou-se à conclusão que os custos com o trabalho representam 70% dos custos globais das instituições, sendo os outros custos 30% do total”, revelou o padre Lino Maia, que adiantou ser este o modelo de uma futura lei de finanças do Sector Social Solidário.

A partir dos valores encontrados, foi feita, pelo INE, uma projeção dos custos para 2025, tendo por indicador para as atualizações 4,9%.

“É importante deixarmos de olhar pelo retrovisor”, defendeu o presidente da CNIS, uma vez que as atualizações já têm em conta projeções de custos para o corrente ano. “estávamos a trabalhar com valores fictícios e agora já não”, acrescentou.

A finalizar, o presidente da CNIS referiu o único aspeto que não deixa a Direção confortável.

“O Acolhimento de Crianças e Jovens em Perigo é uma matéria com a qual não estamos satisfeitos e é algo a rever brevemente. Estamos desagrados com o resultado e é algo que não está fechado. Na 25ª hora, a CNIS teve o cuidado de mostrar o desagrado com o acordado, reafirmando que é uma matéria que precisa de ser revista”, revelou.

Diversos dirigentes de instituições associadas deram voz a algumas das suas preocupações e desafios presentes, muitos decorrentes do referido Compromisso, por não verem refletidas nele as respostas que desejam.

## ENCONTRO NACIONAL DE REDES DE ACOLHIMENTO

# A formalização das redes permitirá melhorar a coordenação das respostas

No passado dia 17 de fevereiro, decorreu no Exploratório Ciência Viva da Universidade de Coimbra, o Encontro Nacional de Redes de Acolhimento, promovido pela Associação Integrar, com o objetivo de reativar a Rede Nacional de Centros de Acolhimento, que já havia sido criada em 2005, e formalizar a Rede Nacional de Apartamentos Partilhados, que “funciona informalmente desde 2021”.

Os objetivos do Encontro incluíam também a promoção do diálogo entre as várias entidades envolvidas no acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, o estreitar de laços de colaboração entre as instituições, partilhar boas práticas e desafios enfrentados no quotidiano das instituições e, também, sensibilizar a sociedade e os profissionais para a importância da inclusão social, sem esquecer contribuir para o reforço dos serviços e das políticas públicas de apoio a estas populações vulneráveis.

A presença dos representantes de vários Centros de Acolhimento e de Apartamentos Partilhados, bem como profissionais da saúde e da área social, demonstrou a relevância da troca de experiências, do trabalho dos serviços em rede e da necessidade de construção de estratégias conjuntas para o fortalecimento das políticas públicas de acolhimento e inserção social das pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo.

O Encontro Nacional de Redes de Acolhimento contou com a participação, na sessão de abertura, de Ana Cortez Vaz, vereadora da Ação Social da Câmara Municipal de Coimbra, que pediu mais investimento em Housing First, uma intervenção de primeira linha para pessoas em situação de sem-abrigo, que Coimbra perdeu “porque a participação não era suficiente”.

“Em Coimbra, infelizmente, perdemos o Housing First que tínhamos com a Associação Integrar, porque a participação não era suficiente e a instituição mantém agora só apartamentos partilhados. Não deixa de ser uma resposta muito viável, mas falta-nos a resposta de primeira linha”, sublinhou a vereadora, acrescentando: “Nos apartamentos partilhados já exigem regras, nomeadamente ao nível das adições e dos comportamentos, procura de trabalho, trabalho doméstico, cozinhar ou limpar. O ideal é que ocorra primeiro o Housing First e depois passem para os apartamentos partilhados”.

A primeira mesa-redonda do Encontro abordou a «Saúde Mental - Dificuldades e Desafios na intervenção ao nível da saúde», com intervenções de diversos especialistas da área da psiquiatria e dos comportamentos aditivos, destacando-se como tema os desafios enfrentados no atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Durante a tarde, a temática abordada foi «Respostas Inovadoras de Acolhimento», explorando experiências e soluções criativas para melhorar a intervenção técnica.

Na terceira mesa-redonda a discussão foi em torno de «O Percursos Institucionais do Utente», com destaque para os desafios diários enfrentados por



técnicos e profissionais no acompanhamento dos beneficiários dos serviços de acolhimento.

No final, os resultados do Encontro foram “expressivos, refletindo o empenho de todas as partes envolvidas na consolidação de redes de apoio eficientes”.

Para os organizadores, “a formalização das redes permitirá melhorar a coordenação das respostas, garantindo um acompanhamento mais eficaz das pessoas em situação de sem-abrigo”.

Para além disso, “a troca de experiências e a reflexão conjunta sobre os desafios da intervenção social reforçam a importância de estratégias integradas e sustentáveis para a inclusão social das pessoas em situação de sem-abrigo”.

Como principais conclusões extraídas do evento, destaque para “a necessidade de um reforço contínuo nas políticas públicas e no financiamento destas iniciativas; a importância da formação contínua dos profissionais envolvidos, nas mais diversas áreas; a criação de respostas inovadoras e adaptadas às necessidades reais da população-alvo, bem como a importância das respostas típicas existentes, adaptarem-se à realidade social que existe atualmente em Portugal; e a necessidade de promover a humanização nas abordagens em contexto de acolhimento e criar mecanismos mais eficazes para a inclusão social”.

O Encontro de Coimbra foi ainda palco para a assinatura de dois protocolos entre diversas instituições para melhor articularem a sua ação no terreno.

O primeiro foi o Protocolo da Rede Nacional de Centros de Acolhimento, que oficializou o compromisso entre as instituições, com respostas de acolhimento, de norte a sul do país.

A saber: Associação Integrar (Coimbra), Fundação AMI (Lisboa), Casa Abrigo Padre Américo (Coimbra), Associação Vitae (Lisboa), Centro Social do Exército da Salvação (Lisboa), Cáritas Diocesana de Aveiro (Aveiro), Cáritas Diocesana de Coimbra

(Coimbra), MAPS - Faro (Faro), Associação Vida Autónoma (Lisboa) e Cruz Vermelha de Braga (Braga).

O outro foi o Protocolo da Rede Nacional de Apartamentos Partilhados, “um passo fundamental para estruturar e regulamentar esta resposta de alojamento, garantindo maior eficácia e articulação entre as entidades”.

Aberta à adesão de novos membros em qualquer momento, a Rede Nacional de Apartamentos Partilhados conta com as seguintes instituições: ADEIMA - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos (Matosinhos), Associação ANtídoto - Centro de Recuperação de Comportamentos Aditivos (Vila Real), Associação NÓS - Associação de Pais e Técnicos para a Integração do Deficiente (Barreiro), Associação Reaprender a Viver (Bragança), Associação Vida Autónoma (Lisboa), Centro Social de Paramos (Espinho), Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Braga), Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Gondomar - Valongo), Florinhas do Vouga (Aveiro), GATO - Grupo de Ajuda a Toxicodependentes (Algarve), InPulsar - Associação para a Desenvolvimento Comunitário (Leiria) e MAPS - Movimento de Apoio à Problemática da Sida (Algarve).

Com uma vasta experiência de 31 anos de intervenção social com população em situação de sem-abrigo, a Associação Integrar tem promovido, ao longo dos anos, várias respostas inovadoras nesta área com vista à minimização destas situações de vulnerabilidade extrema.

O trabalho em rede, com todas as entidades que intervêm nestas matérias, “com especificidades muito próprias”, tem sido sempre uma preocupação da instituição de Coimbra, daí que “a criação e formalização de redes que permitam partilhar experiências, estratégias e também dificuldades de intervenção tem sido uma das apostas da Integrar”. O Encontro é só mais um passo.

ASSOCIAÇÃO INTEGRAR, COIMBRA

# Há exigências para as respostas atípicas “perfeitamente disparatadas e sem lógica”

Criada em 1994 por um grupo de profissionais da área da reinserção social preocupado com a (falta de) intervenção junto das populações desfavorecidas identificadas e desprovidas de apoio e respostas sociais à época, a Associação Integrar é, há mais de três décadas, a única rede que muitas pessoas em Coimbra têm para conseguirem... sobreviver.

“O balanço é positivo”, começa por dizer Jorge Alves, presidente e um dos fundadores da Associação Integrar, que recorda o contexto que levou à criação da instituição: “Em 2025 fazemos 31 anos, mas, na altura em que os sócios fundadores decidiram avançar com a Integrar, fizeram-no porque entendiam que em Coimbra havia uma série de problemas sociais que não estava a ter resposta”.

Jorge Alves aponta, nomeadamente, “as situações de pobreza que não eram abrangidas por nenhuma instituição”.

Nesse sentido, os fundadores “definiram dois ou três princípios básicos para a fundação da associação: um era o voluntariado, ter o voluntariado como uma matriz bem presente na instituição; o segundo era o respeitar sempre o espaço das outras instituições, ou seja, não entrar em projetos que outros já tivessem; e um terceiro que passa por tentar que todas as pessoas que nos procurassem tivessem resposta”.

Ora, ao fim destes 31 anos, “estes três princípios básicos mantêm-se iguais, continuamos a dar resposta a toda a gente que nos procura, mesmo que não tenhamos apoio da Segurança Social ou de outros organismos do Estado, continuamos a ter muito voluntariado e continuamos a respeitar o espaço das outras instituições”, argumenta, sublinhando: “As respostas que temos os outros não têm ou são poucos os que têm”.

E uma característica (quase) transversal às respostas que a instituição dá é serem atípicas.

Para Jorge Alves, serem respostas atípicas “tem vantagens e tem desvantagens”: “A vantagem é que vamos atrás daqueles que estão mesmo nas franjas da pobreza extrema, as desvantagens é que, quando se trata de negociar com a Segurança Social, os acordos atípicos parece que não existem. É preciso serem tratados da mesma maneira, ao nível das atualizações anuais, como são os acordos típicos”.

E a justificação, segundo o líder da Integrar, é simples: “Estas pessoas que têm risco de pobreza extrema também precisam de apoio! Continuamos a ter muita dificuldade em perceber as atualizações que são acordadas, porque as respostas atípicas vêm ali diluídas no meio de uma série de outras questões. Se são atípicas não podemos definir criteriosamente as coisas”.

Exemplificando, Jorge Alves prossegue: “Por exemplo, a nossa equipa de rua tem de fazer giros noturnos, porque é quando as pessoas estão nos locais identificados, tem de fazer trabalho de rua para dialogar e motivar as pessoas a sair da rua. Por vezes, vão busca-los debaixo da ponte para



irem a uma consulta ou a tratar do RSI. Ora, isto, por muito que a Segurança Social queira, não é um trabalho típico! Como não é, tem de ter um tratamento diferenciado. Porque nós temos o mesmo problema que qualquer outra instituição com os encargos fixos e não temos verbas para colmatar as situações com que nos deparamos”.

Depois, a instituição ainda enfrenta as exigências da Segurança Social, que Jorge Alves apelida de “perfeitamente disparatadas e sem lógica”.

“Como é que podemos dar resposta àquelas franjas da população que não têm mesmo nada? Pessoas que não têm onde dormir e que vão buscar a comida à nossa Cozinha Solidária. Dizeremos que a equipa de rua tem de ter um espaço físico para fazer os atendimentos, quando 80% dos nossos atendimentos são na rua, não tem lógica. Por isso é que se chama Equipa de Rua. Agora querem-lhe chamar Equipa de Intervenção Direta, mas esta também é uma equipa que tem de ir onde estão os problemas. Quando se consegue que um utente vá ao gabinete, já há semanas e meses de trabalho na rua”, sustenta, concluindo: “Se continuarmos a ignorar este tipo de respostas, não é de estranhar que os indicadores de pobreza estejam a disparar. As instituições continuam a dar respostas complementares ao que o Estado faz, mas não são acompanhadas no financiamento. As exigências, essas só aumentam. As IPSS são parceiras da Administração Central, não são departamentos do Estado”.

E para que as coisas possam mudar e as respostas atípicas serem uma espécie de parente pobre das negociações com o Estado, Jorge Alves reconhece que é preciso fazer mais.

“Também faço aqui um mea culpa, porque os

dirigentes das instituições com respostas atípicas não têm muito o hábito de filiar as suas associações na CNIS e de irem às Assembleias Gerais. É um erro profundo, porque a CNIS deve representar-nos a todos, tem um peso importante e tem o peso que cada uma das IPSS lhe queira dar. Se não formos lá e não falarmos das matérias que nos preocupam, estas ficam esquecidas, indo lá podemos colocar as questões. Agora, é também nossa responsabilidade estar presente nos fóruns promovidos pela CNIS”, defende.

Nos dias que correm, são muitas as respostas que a Integrar presta à população de Coimbra, fruto de acordos com o Estado, parcerias com outras entidades ou por iniciativa e expensas próprias.

No âmbito das respostas financiadas pela Segurança Social (acordos atípicos e protocolos de cooperação), a Integrar promove: Equipa de Rua; Centro de Acolhimento e Reinserção Social (Comunidade de Inserção), com capacidade para 12 pessoas e mais 25 em ambulatório; Apartamentos Partilhados para população sem-abrigo, conjunto de três apartamentos com capacidade total para 13 pessoas; CAFAP, que trabalha com crianças, jovens e respetivas famílias multiproblemáticas; e Cantina Social, com protocolo para 35 refeições em regime take-away. Por outro lado, a Integrar tem também um protocolo com o Ministério da Educação para Atividades Extra Curriculares (AEC) no Agrupamento de Escolas Coimbra Centro, um outro com a Câmara Municipal de Coimbra para promoção do Projeto Principezinho, na prevenção dos maus-tratos e da negligência infantil, que abrange todas as crianças dos cinco agrupamentos de escolas da cidade, e ainda, com financiamento do Programa Centro

2030, o (Re)criar Novos Caminhos de Vida, que é um Programa Ocupacional e de Desenvolvimento de Competências.

Depois há toda uma série de respostas que a Integrar desenvolve a expensas próprias: Serviço de Alimentação Solidária, através do qual a instituição distribui refeições e bens alimentares, em regime de take-away, o único local a funcionar, em Coimbra, 365 dias por ano e que em 2024 serviu cerca de 12 mil refeições; Centro de Atividades Ocupacionais, que funciona na Quinta dos Olivais; o projeto Mais Cuidados Mais Integrados, que pretende produzir melhorias efetivas na aparência dos utentes e que é feito por um jovem barbeiro, no passado apoiado pela instituição e agora retribuído com os seu voluntariado; e Loja Social, onde há todo o tipo de vestuário e calçado.

Para último, e também a expensas da instituição, fica o serviço de Atendimento Social Integrado, a resposta que permite à Integrar tentar dar resposta a todos que a procuram.

“Nos últimos três anos a procura tem aumentado, porque há mais cidadãos a precisar e, em Coimbra, somos a única cozinha que abre todos os dias do ano. As pessoas precisam de comer todos os dias. Da Cantina Social, a Segurança Social paga-nos cerca de 35%, o resto iria para lista de espera! Nas respostas típicas, a instituição dá resposta a 30 e o resto vai para uma lista de espera, mas uma lista de espera para uma equipa de rua não existe. Não se diz à pessoa, espere aí, que agora não tenho vaga para falar consigo! Com as refeições passa-se o mesmo, não podemos mandar as pessoas para lista de espera. Por isso é que as respostas são atípicas. Ao fim de semana servimos uma média de 75 refeições, a Segurança Social paga 30, significa que os outros 45 não comiam. Não pode ser e aí avança a instituição”, lamenta Jorge Alves.

Para conseguir levar o barco a bom porto, a instituição tem dois modos de atuação, segundo o seu presidente: “Uma gestão rigorosa e um controlo muito apertado no que são as aquisições; com muito voluntariado, quer universitário, quer voluntariado mais velho, e com diversas campanhas de angariação de bens alimentares. Cada campanha permite-nos encher a despensa para dar resposta a essas situações não cobertas pelo financiamento público”.

Jorge Alves defende que as contas da Integrar estão “equilibradas”, pela “gestão muito apertada”.

“Não é fácil... O que recebemos do Estado é mesmo à justa. Se não fossem os donativos e uma gestão rigorosa, facilmente a instituição entraria em rutura. E há hoje um contrassenso, que é, se as coisas correrem mal, pedimos um apoio extraordinário à Segurança Social, mas, se a IPSS tem uma gestão cuidada e com rigor e até criou alguma mais-valia, que será para reinvestir, e até precisaríamos de comprar uma carrinha, como foi o nosso caso, e formos pedir apoio, não temos direito, porque não tivemos prejuízo! Este contrassenso nesta relação é complicado. Isto obriga a um esforço enorme, até mesmo com as despesas fixas. E não é fácil. Obriga os dirigentes a terem uma atenção enorme”, afirma, destacando: “E conseguimos colmatar muitas necessidades porque os voluntários complementam muito do trabalho. Temos 15 funcionários, mas contamos sempre com o apoio de muitos voluntários. Atualmente temos 56, o mais novo com 18 anos e a mais velha com cerca de 70 anos”.



“Temos uma voluntária que colabora connosco há 14 anos na equipa de rua e há pouco ligou-nos a dizer que a empresa onde trabalha ia desfazer-se de um mobiliário que queria doar. Cada técnico tem um computador da instituição, que foram oferta dessa mesma empresa”, revela Dora Rigueiro, diretora técnica da Equipa de Rua, ao que o presidente acrescenta: “São estas dinâmicas que gostamos de criar, a senhora que traz um saco com roupa e a empresa que doa computadores”.

Apesar das variadas respostas que já dá, a Integrar tem outros projetos já em fase de andamento no sentido de colmatar necessidades reais.

“Temos sempre avançado para áreas que mais ninguém quer. Por exemplo, avançámos com os Apartamentos Partilhados, numa altura em que ainda era desconhecida. E acabamos por entrar num túnel que nunca sabemos onde acaba. A Segurança Social dá as orientações, mas o pior são as orientações complementares à legislação”, começa por referir Jorge Alves, que revela duas novidades futuras: “Vamos assinar dois protocolos, um com a Psiquiatria do CHUC (Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra) e outro com a Procuradoria Distrital do Ministério Público de Coimbra para começarmos a intervir na área do Maior Acompanhado. É um trabalho que tem meses, até porque já temos muitos utentes com problemas de decisões de tribunais. Estamos, se calhar, a entrar numa área onde mais ninguém está. E já temos apoio? Não, zero, mas já temos alguns problemas desses que queremos resolver. A nossa matriz é apoiar quem precisa, estes precisam e isto pode ser uma resposta de futuro”.

Para Jorge Alves, “a matriz já está mais do que cumprida ao longo destes 31 anos”, apesar de a instituição já ter perdido uma resposta em que apostava muito.

“Há uns anos avançámos com uma resposta de Housing First e até acabámos por propor um

alargamento da capacidade. A instituição optou por um modelo adaptado, mas que dava resposta a 15 pessoas sem-abrigo e que até consumiam, porque a lógica é tirá-los da rua diretamente para um quarto. Entretanto, houve uma orientação da Segurança Social de que aquela resposta devia ser dada em T0 e T1. Isto é descabido em Coimbra, porque todos os T0 e T1 que existem são absorvidos pelos estudantes universitários e são caros. Nós tínhamos 15 alojados em quartos e propusemos um alargamento para mais 10. É que em Coimbra nem sequer a Câmara Municipal tem apartamentos para ceder ou alugar”, conta Jorge Alves, avançando o resultado: “Tivemos de desistir do protocolo para os 15 e desistir do alargamento para mais 10. E, assim, Coimbra deixou de ter Housing First. Os 15 foram encaminhados, alguns para as nossas estruturas e outros para outras instituições. Estes programas têm de ter horizontes e ser adaptados às diferentes realidades do país. E isto terminou em março de 2024, mas o dinheiro dos quatro meses de extensão a pedido da Segurança Social para reencaminhar os 15 utentes, ainda não o recebemos, apesar das insistências”.

E como seria Coimbra sem a Associação Integrar?

“Teria mais problemas sociais. Somos um parceiro que procura sempre estar do lado da solução e nunca do problema. Damos as respostas que temos de dar, às vezes, somos incómodos e desafiantes, porque publicamente damos conta do que fazemos e do que nos desagrada. E apresentamos propostas desafiantes. Se fosse um ATL era só fazer contas, mas nós propomos uma resposta para dar apoio a maiores acompanhados, pessoas com doença mental que não se encaixam em lado nenhum... E isto é um desassossego! Mas vamos continuar a desassossegar”, garante Jorge Alves.

OBRA DE NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS, PORTO

# Novo Lar Residencial responde apenas a parte da necessidade da instituição

A Obra de Nossa Senhora das Candeias nasceu no Porto pela iniciativa de três beneméritas, que decidiram acolher, nas próprias casas, meninas que iam para a cidade Invicta estudar.

“O objetivo era apoiar meninas vulneráveis da aldeia que vinham para o Porto estudar, uma vez que entendiam que era necessário alguém que as ajudasse, educasse e protegesse”, conta Inês Santos, presidente da instituição, que acrescenta: “Entretanto, o mundo mudou e elas passaram a acolher não só quem vinha estudar ou trabalhar, mas também, as que hoje se diz serem, crianças e jovens em perigo. Tiveram a particularidade de fazer sempre um acolhimento misto em todos os espaços, porque não queriam separar irmãos”.

Ao longo dos anos, as três fundadoras congregaram outras senhoras que se dedicaram aos jovens e à Obra e, perante o desaparecimento das fundadoras, tomaram conta da casa. “Entretanto, deu-se uma cisão entre o grupo de senhora que mantinha a Obra em funcionamento. Um continuaram a estar nas casas a cuidar dos jovens, outras consideravam-se leigas consagradas, o que tenho sérias dúvidas que sejam. Então, as que ficaram à frente da instituição foram pedir à Diocese que nomeasse alguém para gerir a casa, porque estavam a sentir-se um bocado incapazes de dirigir uma instituição desta dimensão”, conta a atual presidente, recordando que, após alteração dos estatutos, foi nomeado um Curador pela Diocese, cargo exercido, então, pelo padre José Baptista.

Isto aconteceu em 2014, tendo sido nomeada uma Comissão Administrativa, tendo, dois anos volvidos, Inês Santos assumido a presidência da Obra.

“Em 2016, o meu compromisso foi reestruturar todas as casas, remodelar e ampliar a casa de Pinhel e transformá-la em Lar Residencial e foi assim que aconteceu. Depois começámos por reestruturar as casas que estavam necessitadas. Havia problemas de acessibilidade, não havia licenças de utilização... Começámos pela casa de Belém, depois foi a do Sorriso, a seguir a da Apresentação e, agora, estamos na do Abrigo”, conta a presidente.

Atualmente, a instituição não está apenas no Porto e conta já com uma equipa de 172 funcionários. Tem equipamentos também em Olhão e em Pinhel. No Algarve, tem uma Casa de Acolhimento, com 25 utentes, e um infantário, com 56 petizes em creche e 80 em Pré-escolar. Em Pinhel, nasceu, em 2018, um Lar Residencial, para 17 utentes, com o propósito de dar resposta a um problema real entre os utentes da Obra. Em resumo, a instituição ainda tem 28 utentes com deficiência.

No Porto, a instituição tem um infantário (Luzinha), com 42 bebés em creche e 60 crianças em Pré-escolar, e ainda uma creche (Luzinha do Abrigo), com 30 petizes, e ainda quatro núcleos espalhados pela cidade, perfeitamente enquadrados na vivência da mesma: Núcleo de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup>



do Sorriso, com 15 utentes; Núcleo de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> de Belém, com 26; Núcleo de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Apresentação, com 25; e o Núcleo de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Abrigo, com 12, quando já teve capacidade para 50.

“No Abrigo temos apenas 12 utentes porque está a ser esvaziado lentamente, porque vamos denunciar o acordo de cooperação da Casa de Acolhimento para afetar a verba ao Lar Residencial que vamos criar, para 22 utentes, e que, pensamos, inaugurar em meados do ano”, explica Inês Santos, justificando: “Isto porque precisamos de dar resposta a estas pessoas que já estão conosco. Atualmente, temos 28 pessoas a precisar desta resposta entre os nossos utentes. Pessoas com deficiência intelectual e que não conseguimos colocar em lado nenhum. São pessoas que estão na instituição desde que as fundadoras criaram a Obra e que não têm qualquer retaguarda familiar e que não podem ser postas na rua”.

Sem nada receber por acolher e cuidar destas pessoas, a instituição, desde os tempos da Comissão Administrativa, em 2014, assumiu o compromisso de que, mesmo que nada recebesse do Estado, ia acolhendo e tratando destas pessoas.

“Não temos acordo nenhum com a Segurança Social. Esta era também a situação dos utentes de Pinhel até 2019. Decidimos criar um Lar Residencial para dar resposta a esta população que tínhamos dentro de portas, que abriu em 2018, mas só um ano depois houve acordo de cooperação com a Segurança Social”, recorda.

“Na altura em que tomámos conta da Obra havia um problema, pelo que o nosso primeiro compromisso foi o de reestruturar as casas e colocar as coisas no sítio. Ou seja, os jovens com



deficiência estavam espalhados pelas casas todas, nos mesmos espaços que as crianças e jovens em perigo”, refere, avançando com a solução encontrada: “De 2014 a 2016, o trabalho foi arrumar as casas, ou seja, jovens em perigo em espaços próprios e jovens, que muitos já não o são, com deficiência em espaços próprios igualmente. E, então, tirámos de Lumbrales, onde funciona o infantário, os jovens em perigo, que foram essencialmente para a Apresentação e vamos concentrar os utentes com deficiência no Lar Residencial que estamos a fazer no Abrigo”.

Com a atribuição, pela Câmara do Porto, do direito de superfície sobre o edifício do Abrigo, tal como o de Lumbrales, abriu-se a possibilidade de uma candidatura ao PRR.

“A nossa candidatura é para a criação de um CACI para 60 utentes, no edifício central da estrutura, um antigo palacete do séc. XIX; aumentar a creche de 30 para 42 vagas, que funciona num segundo corpo do edifício; e no terceiro corpo será o Lar Residencial. Estes dois corpos são construções dos anos 1950”, revela Inês Santos, ao que Jaime Queirós, vice-presidente da Obra,

acrescenta: “Isto sem construir nada de novo, apenas remodelando o edificado existente. Não houve qualquer ampliação, apenas requalificação do que já existia”.

A autarquia também atribuiu o direito de superfície sobre um terreno contíguo ao edifício, sem outra entrada que não a instituição, onde a instituição construiu um parque infantil para a creche.

A intervenção no Abrigo implica um investimento de 2.116.994 euros, valor pelo qual a obra foi adjudicada, tendo a instituição recorrido a um empréstimo bancário, o que veio estremecer as contas da instituição.

“Até agora a Obra tinha uma situação financeira, mais ou menos, confortável, mas agora com este investimento nas obras, tivemos de nos endividar. Tivemos que pedir dinheiro, porque o PRR demora a pagar e não nos podíamos dar ao luxo de não cumprir as nossas obrigações com o empreiteiro e, menos ainda, deixar de pagar aos nossos funcionários. Até concluirmos esta obra, vamos ficar ali na corda a balançar, mas vamos conseguir”, garante Inês Santos.

A presidente da instituição, à semelhança dos congéneres que lideram IPSS com a Acolhimento Residencial, está preocupada com a Portaria n° 450/2023, de 22 de dezembro.

“Quem está à frente de instituições com acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo anda em alvoroço com a Portaria n° 450 e tem de andar! Vejo esta situação toda com muita preocupação. As nossas casas, na realidade, estão todas adaptadas e pudemos fazer uma unidade em cada casa, mais do que isso não. Nenhuma das nossas casas pode ter mais do que 15 utentes, porque os espaços comuns têm de ser espaços separados. As nossas casas têm espaço, mas não chega para fazer duas unidades. A minha preocupação é o onde a Segurança Social vai colocar os utentes quando tiver que os retirar das nossas casas”, questiona, prosseguindo: “Depois, relativamente ao pessoal, ou o Estado paga muito melhor ou não há nenhuma instituição que aguente. Em terceiro lugar, não cuidaram de saber que são precisas uma ajudante de cozinha e uma cozinheira, porque acham que os jovens com uma ajudante de ação educativa podem cozinhar as próprias refeições. Não podem, a lei do trabalho não permite. Não podemos colocar os meninos a trabalhar”.

Mas, para Inês Santos, a Portaria não é o único problema, “é também o Compromisso de Cooperação deste ano”.

“Ninguém consegue sobreviver com o valor de 970 euros/mês que o Estado paga. Estes jovens são muito mais difíceis do que as pessoas pensam. Muitos destes jovens, quando chegam à Obra, já consomem ou têm problemas do foro mental. Aceito que é preciso mais pessoal, mas a Segurança Social não pode colocar nestas casas tudo aquilo que não cabe em outros sítios, ainda para mais impondo. Ao que sei, aqui no Porto fecharam duas no ano passado e, se isto continuar assim, também teremos de pensar seriamente nisso. Aliás, uma já está a fechar, que é a do Abrigo”, sustenta, sublinhando: “Já temos todas as casas remodeladas para 15 utentes e prontas a cumprir as exigências da Portaria n° 450, exceto a de Águeda. Com esta grande obra no Porto, para já não vai ser



intervencionada, para além da manutenção permanente. Agora, não temos dinheiro, tenho esperança que venha um PARES para a poderemos requalificar”.

Nestes últimos anos, a Obra de Nossa Senhora das Candeias tem-se reestruturado, requalificando o edificado e promovendo a qualidade do serviço prestado.

“Foi um caminho muito duro para chegarmos onde estamos, mas estamos no bom caminho, depois de todo o investimento que fizemos na qualidade do serviço aos nossos utentes e nos nossos trabalhadores”, afirma Inês Santos, acrescentando: “Depois de definidas as melhorias no edificado da Obra, a Direção quis atuar na qualidade dos serviços. O quadro de pessoal cresceu bastante, com quadros mais qualificados, estamos a informatizar a instituição e concentrámo-nos e estamos a informatizar a faturação, entre muitas outras melhorias no serviço prestado”.

No arranque da instituição, em 1958, a Obra

viveu muito de donativos e da boa vontade da comunidade, hoje as coisas são um pouco diferentes, mas ainda assim...

“A questão dos donativos é uma realidade muito difícil, porque as pessoas não acreditam. Não me pergunte porquê, mas o Sector Social Solidário está muito descredibilizado. Todavia, temos donativos, em dinheiro alguns, e concorreremos a tudo e mais alguma coisa. Nunca peço dinheiro a ninguém, peço produtos de higiene e outras coisas que são necessárias numa casa. E assim as pessoas confiam, porque não pedimos dinheiro”, conta Inês Santos, recordando o último Natal como exemplo: “No Natal, através de amigos e amigos de amigos, os nossos jovens receberam, em muitos casos, mais e melhor do que muitos jovens de famílias da classe média. Sapatilhas de marca, roupa de marca... Bem, temos tido sorte e feito, também, um bom trabalho”.

**PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)**

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE LISBOA

# Construir uma cidade mais justa, solidária e igualitária

O novo Plano de Desenvolvimento Social (PDS) de Lisboa, até 2030, foi aprovado, com 121 medidas que visam reforçar a participação dos parceiros, intervenção mais inclusiva e combate à pobreza, com foco nos mais idosos, crianças e jovens.

Em comunicado, a Câmara de Lisboa informou que a Rede Social de Lisboa (RSL) aprovou, em sessão plenária, o novo PDS, “com o objetivo prioritário de dinamizar e reforçar a ação conjunta das entidades parceiras de forma a dar uma resposta mais eficaz àqueles que são os desafios sociais da cidade”.

A RSL, agora composta por 571 parceiros, após a inclusão de seis novos membros, procura estimular a colaboração entre organismos do setor público, instituições de solidariedade e outras organizações envolvidas na área da ação social, reafirmando o compromisso com “a construção integrada de uma cidade mais justa, solidária e igualitária”.

O novo plano, no horizonte entre 2025 e

2030, inclui “37 objetivos, distribuídos por três missões essenciais: reforço da participação dos parceiros, intervenção social mais inclusiva e combate à pobreza, com um enfoque especial na população com mais de 65 anos e nas crianças e jovens”.

“Entre as 121 medidas inscritas no plano, preconiza-se uma ação de intervenção integrada para os seniores de Lisboa, incluindo a criação de uma rede de voluntariado sénior e de espaços de escuta e participação para combater o idadismo, envolvendo nesta nova medida cerca de 3000 pessoas”, salienta a autarquia, acrescentando que será também “alargado o acesso a soluções de melhoria da mobilidade, acessibilidade e conforto habitacional a 20% dos idosos por ano”.

Na área das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, o PDS prevê a criação de grupos de trabalho destinados ao acompanhamento psicossocial, incluindo a adoção de Planos de Intervenção Integrada.

“Já em 2026, está previsto o desenvolvimento de dois projetos-piloto, em parceria com os centros hospitalares, focados na Saúde Mental, os quais vão acompanhar cerca de 400 crianças e jovens”, estima-se na nota.

Segundo a autarquia, o PDS de Lisboa conta ainda com três novas áreas de intervenção - Habitação, Migrações e Ambiente e Espaço Público - e foi delineado “tendo como base as principais políticas públicas sobre pobreza e exclusão”, nomeadamente a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza e as Grandes Opções do Plano de 2024-2028 de Lisboa, que identificam necessidades e prioridades de intervenção.

O novo plano começa a ser concretizado “já este mês com a realização de 10 inéditos grupos de trabalho em áreas consideradas cruciais: Empregabilidade, Comportamentos Aditivos, Crianças e Jovens, Pessoas com mais de 65 anos, Violência Doméstica, Deficiência, Saúde Mental, Habitação, Migrações e Ambiente e Espaço Público”.

**APOSTA CONTÍNUA EM FERRAMENTAS INOVADORAS, PARA O SETOR SOCIAL, que asseguram uma gestão global, integrada e sempre em linha com as exigências legais/fiscais.**



**eSOCIAL**

# 2025

## PLANO DE FORMAÇÃO





**Formação útil e diferenciada para profissionais. Adaptada às exigências atuais.**

**ÁREAS DE FORMAÇÃO**

- Desenvolvimento Pessoal
- Formação de Educadores de Infância
- Contabilidade e Fiscalidade
- Gestão e Administração
- Informática na Ótica do Utilizador
- Enfermagem
- Serviços de Apoio a Crianças e Jovens
- Trabalho Social e Orientação
- Desporto





salba mais em [trainingcentre.f3m.pt](http://trainingcentre.f3m.pt)

SOCIOLOGA MARIA JOÃO VALENTE ROSA

# Idosos do futuro devem começar agora a evitar a solidão indesejada da velhice

A socióloga Maria João Valente Rosa alerta os “idosos do futuro”, atuais adultos, que devem preparar-se para evitar a solidão indesejada na velhice, criando relações de vizinhança ao longo da vida e com pessoas mais novas.

“Estamos a falar de as pessoas manterem sempre uma capacidade de criarem novas amizades e novas relações para além daquelas que já tinham, desde o vizinho até à pessoa da farmácia. É muitíssimo importante que essas ligações se vão alimentando ao longo da vida, porque senão corremos o risco de ninguém dar pela nossa falta quando desaparecemos”, observa a professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL).

A socióloga falava à Lusa a propósito da informação prestada pela PSP de que, nos últimos três anos, morreram 757 idosos sozinhos em casa nos centros urbanos de todo o país.

Lembrando que, “muitas vezes”, os idosos ficam sozinhos “porque as pessoas da mesma idade entretanto morreram”, Maria João Valente Rosa aconselha os atuais adultos a formarem relações com pessoas de gerações mais novas, de modo a não virem a cair numa situação de solidão social não desejada.

Além da constituição regular de laços, a docente universitária recomenda que as pessoas se mantenham ativas e percebam se a sua habitação pode vir a ter no futuro “grandes obstáculos” a saírem de casa.

Maria João Valente Rosa defende ainda que o espaço público e os transportes públicos têm de ser repensados para pessoas “com idades superiores, problemas de saúde” e com menos mobilidade.

“O espaço público, e falando em especial das cidades, não é um espaço particularmente amigável para as pessoas com idades superiores e

que têm alguns problemas de saúde, a começar pelos passeios. Quando olhamos para o modo como nós entramos no transporte público, são passos que, para pessoas que não tenham problemas de mobilidade, são simples, mas para uma pessoa com problemas de mobilidade não é assim”, sustenta.

O desenvolvimento de sistemas tecnológicos que permitam alertar a PSP quando é necessário é outra das soluções apontadas pela socióloga, que lembra que, enquanto os idosos de hoje foram surpreendidos pelo aumento da esperança média de vida, os do futuro já sabem que vão viver mais, num contexto social com menos filhos e de aposta em relações virtuais.

“É preciso ver o que é que nos leva, o que é que está na causa destas situações terríveis, para evitar que elas se voltem a repetir. E é trabalhando sobre as causas que nós conseguimos evitar as consequências”, insiste.

CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

## “Quantos vizinhos conhece pelo nome?”

A Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), através das suas delegações, vai distribuir um milhão de mensagens nas caixas de correio a perguntar “Quantos vizinhos conhece pelo nome”, num apelo à consciência social e à proximidade comunitária.

Segundo o presidente da CVP, a criação do movimento social de alerta #APortaAoLado surge na sequência de uma avaliação feita pelo organismo, que tem por base os dados estatísticos mais recentes, relativos a 2023, que apontam para cerca de 500 mil idosos a viverem sozinhos.

António Saraiva salientou que Portugal tem a maior percentagem de população idosa da União Europeia e a quarta maior do mundo e defendeu que esses são dados que devem inquietar toda a sociedade.

“Só em 2024, o nosso centro de teleassistência recebeu praticamente 33 mil chamadas, dos quais 57% delas tinham como objetivo mitigar o isolamento social e garantir companhia, ouvir uma voz”, revelou.

Por outro lado, a CVP fez “145 mil chamadas proativas no sentido de verificar o bem-estar destes utentes”, ao mesmo tempo que os pedidos de ajuda à Cruz Vermelha aumentaram 126% nos últimos dois anos.

“São números que nos devem inquietar, porque o crescimento da procura de bens essenciais em 2024 subiu 62%, o apoio a sem-abrigo entre 2022 e 2023 cresceu 80%”, acrescentou.

António Saraiva defendeu que estes dados

estatísticos devem inquietar e são a razão pela qual o organismo avança com o movimento #APortaAoLado.

“É um movimento nacional com a distribuição de cerca de um milhão de mensagens em caixas de correio, com uma pergunta central da campanha, ‘Quantos vizinhos conhece pelo nome?’, apelando à consciência social e à proximidade comunitária”, explicou, salientando como, muitas vezes, “o vizinho do segundo não conhece o do primeiro ou não tem com ele qualquer relação de vizinhança”.

Na opinião do responsável, a iniciativa “é sobretudo um convite a repensar a coesão comunitária, a empatia, o papel de cada um na reconstrução do tecido social”, na qual a Cruz Vermelha pretende assumir-se como o meio para gerar “empatia e ação num país e num tempo civilizacional onde a exclusão muitas vezes se esconde atrás de portas fechadas”.

De acordo com António Saraiva, “a emergência é real” e os números demonstram-no, defendendo, por isso, que há necessidade de partilha, de apelo à consciência social, e de a sociedade deixar de viver em “guetos sociais”.

Alertou também para o facto de, além de existirem cerca de 500 mil idosos a viverem sozinhos, por trás das portas fechadas poderem estar realidades de pobreza, doenças mentais ou outras para as quais é preciso estar atento e dar a ajuda necessária.

Para o presidente da CVP, a expectativa é a de que a pergunta nas mensagens na caixa do correio leve cada um a perceber que

“provavelmente o vizinho está com uma pobreza escondida”, que basta tocar à porta, “tentar perceber o nome, perceber se na vizinhança pode fazer alguma coisa”.

António Saraiva disse que as 147 delegações da CVP, distribuídas de norte a sul de Portugal Continental, Madeira e Açores, receberam já os panfletos e que a distribuição será feita por voluntários, estimando que possa estar concluída dentro de duas semanas.



AS ATUALIZAÇÕES, AS ALTERAÇÕES, AS NOVIDADES E AS MATÉRIAS A REVER

# Compromisso de Cooperação explicado às ass

Na sequência da assinatura do Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário 2025-2026, no passado dia 18 de março, a CNIS promoveu uma série de quatro sessões explicativas, entre 31 de março e 9 de abril.

A primeira aconteceu em Amarante, uma sessão dedicada às associadas da região norte, que compareceram em bom número para ouvir os esclarecimentos dos assessores da Direção (Filomena Bordalo, Henrique Rodrigues, Patrícia Monteiro e Mafalda Jesus).

Antes, o padre Lino Maia fez o enquadramento do trabalho desenvolvido para alcançar o acordo assinado a 18 de março, no Palácio de S. Bento, em Lisboa.

“Para este Compromisso, houve um trabalho muito importante desenvolvido pelas quatro Entidades Representativas do Sector Social Solidário (ERSSS)”, começou por dizer, sublinhando que “a CNIS teve um trabalho muito profundo, pois é a entidade que mais instituições congrega, com todo o tipo de respostas sociais”.

Lembrando que as negociações eram com um novo governo, as ERSSS apresentaram um modelo de compromisso, “proposta que foi a base do documento final e que o governo respeitou bastante”, tendo introduzido duas novas áreas: Justiça e Igualdade.

“As negociações não foram fáceis, pois há sempre o limite do Orçamento do estado ou a capacidade financeira do Estado”, sendo que para além dos ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Educação e da Saúde, há a omnipresença do Ministério das Finanças e, desta feita, também houve as presenças da Justiça e da Igualdade.

“Queremos caminhar para a comparticipação de 50% como previsto no Pacto de Cooperação”, reafirmou, lembrando que não é assim para todas as respostas, pois algumas exigem uma maior comparticipação, como, por exemplo, na área da deficiência os 85% ou na creche e acolhimento de crianças e jovens em perigo os 100%.

“Na altura da assinatura do Pacto, em dezembro de 2021, estava-se numa comparticipação do estado de 38%, mas, desde então, deram-se passos muito lentos, a não ser em ERPI. E no Centro de Dia é a passo de caracol”, sustentou o padre Lino Maia, adiantando ainda: “Da parte do governo, houve boa vontade, transparência e vontade em chegar a um acordo”.

Para o presidente da CNIS, “este ano há, de facto, referências sobre os custos do presente ano” e com isso “já não é preciso estar a olhar pelo retrovisor”.

Importante e fundamental para o líder da Confederação é “olhar para a sustentabilidade financeira sem esquecer a missão, que é privilegiar os mais carenciados”, defendendo que, com o Compromisso de Cooperação 2025-2026, “não se chegou ao desejável, mas foi dado um passo na direção certa”.

Após a sessão de abertura do encontro de trabalho no Amarante Cine-Teatro, que contou ainda com Jorge Ricardo, edil amarantino, e Maria José Miranda, presidente da UDIPSS Porto, seguiu-se o período em que os assessores da CNIS apresentaram algumas das novidades do Compromisso, terminando com um



momento de perguntas e respostas.

Salvaguardando que “há matérias que têm de ser revistas, como, por exemplo, o Acolhimento Residencial”, Filomena Bordalo lembrou que o Compromisso assinado “não é a nossa proposta, nem é a primeira contraproposta do governo”.

Assim, a partir de 2025, as atualizações das comparticipações financeiras da Segurança Social têm por base o custo médio real do funcionamento da resposta social, o qual corresponde ao valor da despesa com recursos humanos e da despesa corrente primária no ano civil anterior.

“Foi definida a fórmula de atualização anual automática do financiamento para cada resposta social”. Relativamente a custos com pessoal, aos 70% dos custos totais de cada resposta social aplica-se a percentagem de atualização do salário mínimo do respetivo ano e, nas despesas de funcionamento, aos 30% dos custos totais de cada resposta social aplica-se a taxa de inflação média indicada pelo Banco de Portugal para o respetivo ano.

Tendo isto em conta e o caminho para a comparticipação de 50%, as respostas sociais com acordos de cooperação típicos e atípicos têm uma atualização de 4,9%, com efeitos a 1 de janeiro de 2025. No entanto, a atualização não se aplica às respostas sociais de SAD (Serviço de Apoio Domiciliário), Centro de Convívio, CATL clássico sem almoço, Lar de Apoio, LIJ (Lar de Infância e Juventude), CAT (Centro de Acolhimento Temporário), CAFAP (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental), nas suas 3 modalidades.

No caso da Educação Pré-Escolar, a valência

tem uma atualização de 30€/criança/mês, na componente socioeducativa, com efeitos a 1 de setembro de 2024 (publicada no Despacho n.º 3256/2025, de 13 de março).

Os assessores destacaram que, “no âmbito do GT de atualização do financiamento, foi consensualizado que o Estado deve assumir uma comparticipação de: 50% na generalidade das respostas sociais; 85% nas respostas sociais dirigidas às pessoas com deficiência; 100% nas respostas sociais sem comparticipações familiares pela natureza da resposta ou pela sua gratuidade”.

E se as respostas sociais SAD, Centro de Convívio, CATL clássico sem almoço, Lar de Apoio, LIJ, CAT e CAFAP “não têm atualização em 2025, uma vez que a comparticipação da Segurança Social, em 2024, já era superior àqueles pressupostos, há valências com uma majoração na comparticipação financeira em 2025: 7,1% para ERPI; 3,8% para Creche; 1,2% para Centro de Dia; e 1,1% para CACI (Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão).

No acordo firmado, o Governo compromete-se, ainda em 2025, a reavaliar as respostas de Creche e da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

Relativamente à Creche, “após o conhecimento da execução orçamental do 1.º semestre do ano e na medida da disponibilidade orçamental”, o governo compromete-se “a reforçar a comparticipação financeira da Segurança Social, tendo como meta a gratuidade da resposta”.

Em relação à RNCCI, “a revisão da comparticipação financeira será efetuada através de

# ociadas em quatro sessões muito participadas



acordo autónomo, que terá em conta os resultados do Grupo de Trabalho (criado pelo Despacho n.º 2367/2025, de 20 de fevereiro)", já em funções.

## NOVIDADE

Por outro lado, para todas as respostas sociais há uma novidade: "Nas vagas não abrangidas por acordo de cooperação, a comparticipação familiar é de livre fixação, deixando de estar sujeito ao limite máximo igual ao valor do custo médio real do utente verificado na instituição para o respetivo equipamento ou serviço" e, "nas vagas abrangidas por acordo de cooperação, a comparticipação familiar é calculada nos termos do regulamento interno da resposta social e do regulamento das comparticipações familiares (publicado em anexo à Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho, na sua redação atual), tendo como limite máximo o custo médio real do utente verificado na instituição para o respetivo equipamento ou serviço, à exceção da resposta ERPI".

Para esta resposta social, "para um utente abrangido por acordo de cooperação, o somatório de todas as comparticipações – utente, Segurança Social e familiar –, num período de referência anual, não pode exceder o valor de referência estabelecido (1.629,15€) acrescido de 15%".

"Esta solução não corresponde ao que fora acordado entre as partes, porque torna a ERPI mais rígida no estabelecimento das mensalidades, mas a CNIS está a encetar diligências para alterar isto", avançou Henrique Rodrigues, assessor jurídico da CNIS.

No que toca à Creche Familiar, "o Governo, em

articulação com as ERSSS, promoverá a criação de um grupo de trabalho que estude a implementação de um programa de definição da resposta social, bem como a necessária qualificação profissional e a simplificação de procedimentos e requisitos de acesso à profissão de ama".

O assessor releveu o facto de que "a comparticipação estabelecida no n.º 3 do anexo ao Compromisso de Cooperação, para a Creche Familiar, aplica-se às Amas com contrato de prestação de serviços, enquanto às Amas com contrato de trabalho aplica-se o previsto na CCT".

Ou seja, as amas abrangidas pelo CCT não têm direito a receber a percentagem da comparticipação do Estado, que as amas em prestação de serviços devem receber.

Relativamente ao CATL que integra crianças com deficiência, a comparticipação da Segurança Social corresponde ao dobro do montante fixado para a resposta social. Já nos CATL para alunos do 2.º ciclo, com funcionamento clássico com e sem almoço, desde que a instituição demonstre junto do respetivo Centro Distrital da Segurança Social a carência de reforço técnico a meio tempo, a comparticipação financeira será acrescida de uma majoração de 10%.

Por outro lado, "até ao final de 2026, será desenvolvido um estudo sobre o modelo de funcionamento do CATL, em articulação com as ERSSS, com vista à sua regulamentação, bem como do modelo de financiamento".

## ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

Como já fora referido, a CNIS não está satisfeita com a situação do Acolhimento Familiar. O processo de qualificação e adequação à Portaria n.º 450/2023, de 22 de dezembro, com diligências diversas dos serviços do Instituto da Segurança Social, as alterações com implicações no modelo de organização das Casas de Acolhimento, a não atualização das comparticipações, as alterações no pagamento das vagas não ocupadas e a inexistência de uma estratégia clara para o Acolhimento Residencial e seu futuro.

"Isto fragiliza, ainda mais, as instituições que veem agravada a sua situação financeira, organização e funcionamento", para além de que "a requalificação dos equipamentos não depende só da vontade e do querer das IPSS".

No entanto, o maior obstáculo que as instituições enfrentam com esta resposta social é "o governo não considerar o Acolhimento Residencial prioritário face ao Acolhimento Familiar".

Já no final de março, dia 25, foi publicado o Decreto-Lei n.º 39/2025, que faz alterações ao regime de execução do Acolhimento Residencial, e, até ao final de 2026, serão efetuadas alterações ao modelo de organização, funcionamento e financiamento da resposta social, com a revisão do Decreto Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro, da Portaria n.º 450/2023, de 22 de dezembro, e da Portaria n.º 95/2024/1, de 11 de março. Está ainda prevista uma linha de financiamento específica para a reconversão e adequação das respostas sociais LJJ e CAT, consensualizadas com as ERSSS.

Sobre a resposta de Serviço de Apoio Domiciliário

(SAD), está prevista, até ao final de 2026, a alteração da Portaria n.º 38/2013, de 30 de janeiro, no que se refere ao modelo de funcionamento e financiamento.

Para o obstáculo de determinadas necessidades dos utentes não constarem do menu da Segurança Social, mas correspondem às suas necessidades efetivas, a partir de agora as instituições "podem proceder à substituição por outros serviços, desde que tenham um custo equivalente".

Por outro lado, até à revisão da Portaria n.º 38/2013, de 30 de janeiro, e mediante a adequação dos meios de transporte e recursos humanos, a capacidade definida nos acordos de cooperação pode ter uma variação positiva até 25%.

Também para o Centro de Dia, uma resposta social que traz sempre as instituições em sobressalto, há mudanças previstas.

Assim, até ao final de 2026 será publicada a regulamentação do funcionamento do Centro de Dia, bem como do modelo de comparticipação financeira da Segurança Social, mediante consensualização prévia em sede de Comissão Nacional de Cooperação. Mediante consensualização com as ERSSS, os acordos de cooperação "serão gradualmente convertidos para garantir a prestação de cuidados aos dias úteis, fins-de-semana e feriados, de forma a garantir a continuidade do apoio, em observância das necessidades específicas de cada utente".

## VAGAS RESERVADAS

No que respeita à reserva de vagas para a Segurança Social, no que toca à ERPI, a comparticipação financeira da Segurança Social determina-se pela diferença entre o valor de referência (1.629,15€) e a soma da comparticipação familiar do utente com a comparticipação dos descendentes.

A instituição está obrigada a comunicar aos serviços da Segurança Social as vagas disponíveis sempre que haja alteração das mesmas, sendo que as vagas reservadas e não preenchidas são mantidas durante dois meses, pagas pelo valor de referência (1.629,15€), mas, ao fim de dois meses, a comparticipação mensal das vagas reservadas e não ocupadas será de 50% do valor de referência, ou seja, 814,57€.

As vagas não incluídas no acordo ficam sujeitas a comparticipação familiar do utente, devendo a Segurança Social pagar a diferença entre o valor de 1.629,15€ e a comparticipação familiar do utente.

Já na questão da variação de frequências, nas respostas sociais Casas de Acolhimento, Apartamentos de Autonomização, Casas de Abrigo, Centros de Apoio à Vida, Centros de Alojamento de Emergência Social, Centros de Alojamento Temporários e CAFAP, por cada vaga protocolada e não ocupada, proceder-se-á a uma dedução de 50% da comparticipação financeira do Estado. O pagamento deixa de ser efetuado pelo número total de utentes abrangidos por acordo de cooperação.

O Compromisso contém ainda muito mais matérias de interesse das instituições que foram abordadas nas sessões explicativas, que passaram ainda por Viseu, Lisboa e Beja. Assim, na edição de maio, o SOLIDARIEDADE dará conta de outras alterações e inovações plasmadas no documento.

PAULO PEDROSO

Membro da Direção do CoLABOR  
e Professor no ISCTE

## A minha migalha de consignação de IRS é para quê?

Este ano podemos consignar um por cento do nosso IRS a uma entidade de natureza social, ambiental, cultural ou religiosa, o dobro do que podíamos fazer anteriormente. Não é uma quantia decisiva, mas tendo em conta que ela irá ser repartida por um pouco mais de 5000 instituições pode ainda significar algo de relevante, pelo menos para algumas delas.

O aumento da consignação mereceu grande consenso político. A proposta de lei do governo nesse sentido foi aprovada por unanimidade na Assembleia da República. Mas a consignação de receitas de impostos deve ser usada com moderação.

Por princípio ganhamos em que os representantes do interesse coletivo, que administram o Estado, possam dispor das receitas fiscais para fins coletivos em função das necessidades sociais e não que haja um “carrinho de compras” de cada imposto, que poderia levar a alocações desequilibradas, ineficientes ou erradas das receitas fiscais em função dos interesses particulares de cada contribuinte ou grupo de contribuintes. Contudo, dar aos contribuintes a possibilidade de decidirem atribuir uma pequena parte do seu esforço contributivo a uma causa de interesse coletivo que os mobilize tem também algumas vantagens. O Estado, assim, está a dar um sinal de viabilização do apoio a causas que os cidadãos defendam.

Acho aceitável esta medida em que não há esforço individual, em que no fundo eu peço ao Estado que faça solidariedade por mim, mas preferir-lhe-ia uma solução alternativa em que pusesse o Estado a contribuir a par comigo. Por exemplo, em que cada euro de donativo individual meu fosse complementado por um euro dado pelo Estado. Creio que nessa solução haveria melhor pedagogia da solidariedade.

O que me preocupa na medida, contudo, é o efeito real deste esforço solidário, que é uma gota de água no oceano de necessidade de financiamento das causas sociais, não pode servir para desvalorizar a necessidade de financiamento adequado dessas causas ou legitimar o seu subfinanciamento.

O discurso da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais no debate da proposta do Governo mostrou o equívoco em que se lavra

facilmente a propósito desta medida. Por um lado, reconheceu que as entidades beneficiárias da consignação “desenvolvem um trabalho muito meritório e são chamadas a cumprir uma missão de relevante interesse público”. Mas, por outro, afirmou que “a consignação de IRS constitui, não raras vezes, uma fonte de financiamento muito relevante e que marca a diferença na manutenção e na subsistência de boa parte destas entidades”<sup>1</sup>.

Se as entidades beneficiadas pela nossa consignação desempenham uma missão de relevante interesse público devem ser devidamente compensadas por esse papel no quadro da cooperação que o Estado com elas estabelece, não devem precisar da consignação para a sua subsistência. Para isso deve haver – e até há – instrumentos que estipulam os direitos e deveres recíprocos do Estado e das entidades solidárias que desempenham, por delegação do Estado, funções que este entendeu não assumir diretamente, nomeadamente nos cuidados, na saúde, na educação, na inclusão social e em tantos outros domínios.

Se as entidades não forem por essa via devidamente compensadas e a verba que lhes

consignamos for apenas substituir o subfinanciamento público, o efeito prático deste chamamento à solidariedade dos contribuintes é nulo. O nosso esforço solidário aplica os nossos impostos nos fins que o Estado devia assegurar e as nossas preferências não reforçam as causas que apoiamos, limitam-se a tornar menos visível um contributo público insuficiente.

Tudo será, ou seria, diferente, se as contribuições consignadas fizessem avançar certas causas em que acreditamos, certos valores que defendemos, ampliassem a força da sociedade civil para agir fora da sua relação com o Estado e para além dela. Esta parece-me ser a razão de ser de uma medida deste tipo. É isto que justifica que eu escolha uma instituição para apoiar.

Eu não quero que a consignação que faço sirva para mitigar os efeitos negativos de um Estado que arraste os pés no financiamento justo de serviços que tem o dever de garantir e escolheu prestar através de entidades de interesse público. Quero fazê-la para que sejam reforçadas com a minha migalha de apoio as causas que, no meu julgamento pessoal, o merecem.



<sup>1</sup> *Intervenção de Cláudia Reis Duarte, Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, na discussão da Proposta de Lei 2/XVI/1, disponível em <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/16/01/027/2024-06-21/52?pgs=52-53&org=PLC>*

**HENRIQUE RODRIGUES***Presidente do Centro Social de Ermesinde*

# Solidariedade Social - o nosso compromisso

**1** - Roubo o título desta crónica a um livrinho, publicado sob a égide do XIX Governo Constitucional, que foi chefiado por Pedro Passos Coelho, livrinho que contém o texto do Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário para o biénio 2015-2016 – faz agora 10 anos – e que igualmente contém o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro, na versão que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de Novembro, diploma este último da responsabilidade do referido XIX Governo.

Vou buscar estes textos de há 10 anos, mas não por qualquer saudade desse tempo: foi também o período em que a nossa soberania esteve limitada sob o comando da troika, num controlo férreo sobre as funções sociais do Estado, traduzido, entre outras medidas, nos cortes dos salários e das pensões que marcaram tão negativamente esse período da nossa história recente.

A razão por que me apropriei desse segmento de frase foi por entender que ela resume bem essa singular relação entre os sucessivos Governos e as Organizações representativas das Instituições - e também destas -, cujo desenho configura o modelo português de protecção social, que atribui às Instituições Particulares de Solidariedade Social, com financiamento público, a competência para a prestação dos cuidados pessoais de que carecem os nossos cidadãos mais desfavorecidos ou fragilizados.

“O Nosso Compromisso” foi como o Governo de então designou o conjunto de vinculações recíprocas que corporizam esse documento.

E tal designação é mais intensa do que a mera referência a um “Compromisso”.

Com efeito, a palavra “Compromisso”, assim isoladamente escrita, tem como referente um papel, um documento formal, contendo um conjunto de cláusulas.

Ma a aposição do pronome possessivo “nosso” confere ao dito referente uma outra profundidade ou dimensão: representa uma vontade sincera de apropriação por quem o enuncia das obrigações constantes do “Compromisso”.

O Governo que designa o Compromisso de Cooperação para 2015-2016 como o “seu” Compromisso pretende dizer-nos que leva a sério os compromissos que contraiu.

Significa que tem vontade de os cumprir.

A realidade confirmou essa vontade.

Sem que tal represente uma concordância com

a generalidade das políticas públicas prosseguidas por esse Governo, o certo é que a cooperação a que se comprometeu com o Sector Social Solidário teve um papel decisivo na preservação da coesão social e no esbatimento dos efeitos devastadores que a crise financeira de 2009-2015 provocou no bem estar das famílias.

**2** – Foi finalmente assinado, há dias – em 18 de Março, mais precisamente -, o Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário para o Biénio 2025-2026, herdeiro da linhagem do Compromisso de 2015-2016 e de todos os Compromissos e Protocolos de Cooperação pretéritos e intercalares.

E herdeiro do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, cuja primeira versão data de 1996, revista em 2021, passados que foram 25 anos sobre a celebração daquela primeira versão.

Todas as IPSS já conhecem o seu teor e tiveram ocasião de expor as suas dúvidas e de elencar as suas reservas.

Não me vou deter no teor das Cláusulas deste novo Compromisso de Cooperação, não desconhecendo que, em qualquer processo negocial, há sempre dois lados da mesa, sentando-se sempre uma das Partes negociadoras de um lado da mesa, e sentando-se a outra Parte do lado oposto, numa coreografia assinalando que são diversos e contraditórios, em regra, os interesses de cada uma das partes e de cada um dos actores.

Mas há dois aspectos – como direi? – extrínsecos à lógica do clausulado, que merecem um olhar mais detido.

Ambos têm que ver com uma ideia matricial do Pacto de Cooperação, que é a de estipular como critério de financiamento público a definição de uma percentagem dos custos reais de cada uma das respostas sociais.

Ora, a Cláusula VII do Compromisso de Cooperação para 2025-2026 – designada justamente “Convergência com o Pacto de Cooperação” – assume expressamente essa vinculação do Compromisso de Cooperação aos princípios do Pacto, assumindo implicitamente que em cada ano posterior a 2025 continuará o processo de convergência com os critérios de financiamento estipulados no mesmo Pacto e cumprindo finalmente uma promessa que vinha sendo adiada pelos Governos desde 2021.

O outro aspecto novo a referir tem justamente

que ver com a exigência de determinação conjunta dos valores do custo médio real por utente em cada resposta social como pressuposto da aludida convergência com o Pacto de Cooperação.

É certo que o Compromisso de Cooperação para 2025-2026 só estipula o valor do custo como critério de financiamento no que respeita à resposta social ERPI, referindo, na Cláusula XIX, 1, que “O custo médio real da resposta social ERPI definido pelo grupo de trabalho, no ano de 2025, é de 1.619,15€ por utente/mês, sendo o mesmo reavaliado anualmente.”

Trata-se de um avanço ainda incipiente; mas já foi o bastante para uniformizar esse valor nos outros locais do Compromisso onde se definia como critério de financiamento um valor de custo em ERPI que constituía uma ficção administrativa.

Com efeito, ao aceitar a realidade do custo efectivo de um utente de ERPI em 1.619,15€, o Governo não podia deixar de considerar esse custo como valor de referência, não só na referida Cláusula XIX, 1, tendo que considerar esse mesmo valor – agora definido como custo real – como valor de referência nas Cláusulas relativas à colocação de utentes em ERPI pela Segurança Social – o que sucede na Cláusula XXIII, 1., a., relativa

à Reserva de Vagas para a Segurança Social, e na mesma Cláusula XXIII, 1., k. iii, relativa às vagas não convencionadas.

Com efeito, o valor de referência na reserva de vagas para a Segurança Social que constava do Compromisso de Cooperação para 2023-2024 era de 1.096,49€ por utente; e o valor de referência para as vagas extra acordo era de 752,55€ (embora, neste segundo caso, acrescesse a comparticipação do utente).

**3** – Perdoem-me os meus leitores este excursão pela aridez das contas e dos números; mas tal era mister para chegar ao meu ponto: uma clara virtude do Compromisso de Cooperação para 2025-2026 é a de evidenciar, como o Governo implicitamente confirma, que, relativamente às vagas em ERPI para colocação pela Segurança Social, parte significativa dos custos por utente têm sido desde há vários anos, financiados pelas Instituições, em substituição da Segurança Social.

Trata-se de uma diferença de centenas de euros, por utente e por mês!

Só falta expandir este exemplo das ERPI – e divulgar os custos das demais respostas sociais.

Que são quase todas!

CENTRO SOCIAL VALE DO HOMEM, VILA VERDE

# Tertúlia pelo reconhecimento e «Valorização dos Trabalhadores do Sector Social Solidário»

No âmbito das comemorações dos 20 anos do Centro Social de Vale do Homem (CSVH), a Direção do mesmo aprovou um programa denominado «20 meses, 20 iniciativas», com diversas ações a realizar nos seis concelhos do distrito de Braga.

No passado dia 13 de março, o auditório do IPCA – Instituto Politécnico do Cávado e Ave, em Braga, acolheu a 7ª Tertúlia Especial cujo tema era «Valorização dos Trabalhadores do Setor Social e Solidário».

Com esta primeira iniciativa alusiva à comemoração dos 20 anos, a instituição quis destacar “a importância que o CSVH dá aos seus trabalhadores, porque sem eles, não haveria respostas sociais e de saúde”, refere o presidente Jorge Pereira.

Um painel denominado «Trabalhadores das IPSS em Contexto Real», moderado pela presidente da UIPSSD de Bragança, Paula Pimentel, no qual se deu voz a trabalhadoras das diferentes áreas do Sector Social Solidário, desde a auxiliar de ação direta, a animadora sociocultural, a fisioterapeuta, a enfermeira especialista em reabilitação até a uma diretora técnica.

“Consensualizámos a capital importância e a necessidade premente da valorização do trabalho e dos trabalhadores do Sector Social Solidário”, sustenta Jorge Pereira, acrescentando: “E estas conclusões foram harmoniosas, com detalhe técnico e muito profissionalismo, mas com grande impacto, muito coração e exorbitante emoção”.

O debate e a partilha foram dinâmicos, tendo sido abordadas questões como a valorização do trabalho em si, “com ênfase para as questões dos horários de 365 dias/ano, 24 horas/dia, um trabalho de forte desgaste físico, mental e emocional”, mas também a valorização do trabalhador, que “é necessário, logo no pós-contratação, saber receber, saber integrar e acolher bem”.

“Hoje, com os migrantes, temos novos desafios, lidar, amortecer e dissipar as diferenças culturais, as diferenças religiosas, o diferente *modus vivendi*”, frisa Jorge Pereira.



Começando por lembrar que, “no Sector Social Solidário, todos têm formação técnica”, sejam as auxiliares de ação direta, sejam as diretoras técnicas, o presidente do CSVH sublinhou que “as auxiliares de ação direta não são profissionais indiferenciados, pois têm formação técnica para exercer as suas tarefas com os utentes, seja fazer posicionamentos, transferências, hidratação ou avaliação de glicémia, entre tantas tarefas diárias”.

“Para atrair e reter talento para o sector, temos de remunerar acima dos salários mínimos, criar incentivos e benefícios, seguros de saúde, folga no dia de aniversário, dias de férias suplementares, prémios, apoio à resolução de problemas pessoais e familiares”, argumenta Jorge Pereira, acrescentando: “Temos de ser, verdadeiramente, conciliadores da vida laboral com a vida pessoal e familiar dos nossos trabalhadores”.

A Tertúlia permitiu concluir ainda que “urge rever os complementos das direções técnicas, pois não são atualizados há 10 anos, alterar radicalmente o paradigma das negociações de acordos de cooperação, incrementar verdadeiramente o ‘trabalho digno, salário justo’, mas, também, o ‘trabalho igual, salário igual’, criar uma tabela única, no âmbito do Contrato Coletivo de Trabalho do sector social e solidário

e da saúde, que reduza drasticamente e simplifique os níveis, as categorias, as funções, ajustando-as aos tempos de hoje e às novas realidades) e estimulando o desenvolvimento e progressão das carreiras profissionais”.

“O desenvolvimento profissional, a certificação de competências adquiridas, a perspetiva de carreira, as boas condições de trabalho, com reconhecimento e valorização salarial” são o caminho a seguir, segundo Jorge Pereira.

“As organizações do sector devem arrear caminho, tendo como aliado o governo e dirimindo argumentos com os sindicatos na persecução de que, acima de tudo, estão os verdadeiros e reais interesses dos trabalhadores, o reconhecimento do trabalho que desempenham e a valorização e a progressão nas suas carreiras”, afirma o líder do CSVH.

O encontro promovido pela instituição sediada em Vila Verde contou com participação de diversos oradores e personalidades, como o presidente do município de Braga, Ricardo Rio, a diretora do IIEFP de Braga, o diretor da Segurança Social do distrito de Braga, o bastonário da Ordem dos Enfermeiros, Catarina Marcelino, antiga vice-presidente do ISS, o presidente da UDIPSS de Braga, padre José Antunes, e ainda o secretário de Estado do Trabalho, Adriano Rafael Moreira.

BPI LANÇA 6ª EDIÇÃO DA INICIATIVA SOCIAL DESCENTRALIZADA

## Dois milhões de euros para projetos locais de combate pobreza

O BPI e a Fundação «la Caixa» lançaram a 6ª edição da Iniciativa Social Descentralizada (ISD 2025), que se destina a apoiar projetos de inclusão social de âmbito local promovidos por entidades privadas ou públicas sem fins lucrativos.

Com uma dotação de dois milhões de euros, a iniciativa atribui apoios financeiros a instituições sociais clientes do BPI, em todos os distritos e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Os apoios da ISD 2025 destinam-se a projetos que promovam a melhoria da qualidade de vida e a igualdade de oportunidades de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A seleção dos projetos de inclusão social conta com a colaboração das mais de 300 unidades comerciais do BPI, balcões e centros de empresas, que têm um profundo conhecimento da comunidade social local.

Os projetos a apoiar vão proporcionar respostas aos seguintes segmentos da população

ou áreas de intervenção: crianças, adolescentes e jovens em situação de pobreza; pessoas com mais de 65 anos, em especial as que vivem em situação de solidão; pessoas com deficiência; inserção laboral; saúde, doença ou incapacidade permanente; interculturalidade e coesão social.

Em 2024, foram selecionados 330 projetos sociais locais que receberam no total cerca de dois milhões de euros para apoiar quase 70 mil beneficiários.

PEDEPE – PROGRAMA DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

# Prazo de consulta e análise das candidaturas termina dia 29 de abril

A CNIS relembra às suas associadas com a resposta Educação Pré-Escolar que, depois de ter terminado o prazo de candidatura para a Compensação do diferencial remuneratório dos Educadores de Infância da Rede Solidária, no passado dia 4 de abril, já decorre o prazo de consulta e análise das candidaturas, que termina no próximo dia 29 de abril.

Recorde-se que o apoio financeiro se traduz na compensação pela diferença entre a remuneração média mensal dos educadores de infância da Educação Pré-escolar e o valor de referência €1.154,70.

O apoio financeiro será pago em 12 mensalidades (setembro a agosto), reportadas a 14 prestações mensais, acrescido do adicional para compensação dos encargos legais com a Segurança Social e com a cobertura dos riscos de acidente de trabalho e doença profissional.

Na mesma nota, a CNIS recorda os prazos a cumprir:

De 07 a 29 de abril - consulta e análise das candidaturas (nesta fase, a plataforma fica para consulta, entrando no sistema o ficheiro da Segurança Social, para cruzamento de dados entre a informação introduzida pelas instituições na candidatura e as DMR - Declarações Mensais de Remunerações, registadas na SSD



- Segurança Social Direta;

De 30 de abril a 23 de maio - análise e correção das candidaturas (momento para corrigir todos os erros da candidatura, sejam os identificados pelo IGEFE relativamente a ausências ou os detetados pelas instituições após a submissão;

De 26 de maio a 06 de junho - período de reclamação (fica disponível na plataforma o documento com o cálculo provisório da compensação a atribuir, devendo as instituições verificar se o mesmo está correto e, se necessário, contestarem

o valor. Se até 6 de junho as instituições não apresentarem eventuais alegações em contrário, será disponibilizada na plataforma a decisão final. Após esta data, é encerrada a participação das instituições no Programa, não havendo lugar a correções e/ou submissões de candidaturas).

A CNIS está, ainda, disponível para qualquer esclarecimento de dúvidas às suas associadas na elaboração das candidaturas, através dos contactos do Departamento Técnico: dep.tecnico@cnis.pt e 226 068 614.

FUNDAÇÃO O SÉCULO, LISBOA

## Novo Alojamento Local na Ericeira servirá para financiar intervenção social

A Fundação O Século contratou com o BPI um «Green Loan» de 1,3 milhões de euros para a construção de um projeto turístico na Ericeira, com preocupações de sustentabilidade e cujas receitas contribuirão para financiar a atividade social da IPSS.

O Financiamento Verde («Green Loan») contratado no montante de 1,3 milhões de euros tem um prazo de seis anos, formalizado através de uma cessão de créditos.

O contrato tem como objetivo financiar a construção de um projeto turístico na Ericeira, no concelho de Mafra, cujos lucros servirão também para patrocinar a atividade social da instituição, nascida em 1998.

A futura unidade de Alojamento Local da Fundação O Século terá 44 camas no total, tendo o investimento e o financiamento efetuados de acordo com critérios de sustentabilidade, incluindo a instalação de capacidade própria de produção de energia (UPAC de 18 Kwh de potência), tratamento de águas cinzentas, sistema de rega gota a gota, postos de carregamento para viaturas elétricas

e instalação de bombas de calor. O projeto obteve uma pré-classificação energética da ADENE B- «Grande Renovação».

Recorde-se que a intervenção social da Fundação inclui o apoio a crianças em risco, a ajuda a pessoas idosas e aos mais dependentes e desfavorecidos. Uma média de 600 utentes, entre crianças, jovens e idosos são apoiados pela instituição diariamente, para além dos cerca de 800 beneficiários anuais das colónias de férias e outras iniciativas. A Fundação O Século nasceu em 1998 para prosseguir e desenvolver a obra social do Jornal «O Século», iniciada em 1927 com a criação da sua Colónia Balnear Infantil. Em 1999, a Fundação obteve o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

Atualmente, as Colónias de Férias para crianças são, apenas, uma das diferentes valências que compõem a extensa e relevante obra social desenvolvida pela Fundação, a que se juntam alguns serviços de sustentabilidade social, como o Turismo d'O Século, a Cozinha d'O Século e o aluguer de espaços



que, entretanto, foram criados com o objetivo de financiar e desenvolver a intervenção social da instituição.

A seu cargo, a instituição tem 250 crianças em creche, apoiando ainda crianças em risco, idosos, dependentes e desfavorecidos e promovendo o acompanhamento e aconselhamento de famílias e o acolhimento de refugiados e de pessoas em situação de emergência social. A vasta ação diária e permanente da Fundação divide-se por 13 áreas sociais distintas, com uma vasta intervenção social.



*Servimos bem-estar.*

# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO  
INTEGRADA DE  
SERVIÇOS



SERVIÇOS  
PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO  
COLETIVA



RESTAURAÇÃO  
PÚBLICA E  
CATERING DE  
EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES  
E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO  
ALIMENTAR



SEGURANÇA  
HUMANA E  
ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E  
INCENTIVOS



TRABALHO  
TEMPORÁRIO E  
OUTSOURCING

 [WWW.TRIVALOR.PT](http://WWW.TRIVALOR.PT)

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE  
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808  
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488  
E-MAIL: [TRIVALOR@TRIVALOR.PT](mailto:TRIVALOR@TRIVALOR.PT)

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

# Dez por cento da população portuguesa com sintomas graves de ansiedade

Quase um terço da população portuguesa com 16 ou mais anos apresentava sintomas de ansiedade generalizada em 2024 e 10% tinham sintomas graves como ataques de pânico ou palpitações, revelam dados divulgados pelo INE. Segundo os números do Instituto Nacional de Estatística, divulgados a propósito do Dia Mundial de Saúde, assinalado a 7 de abril, 32% da população apresentava sintomas de ansiedade, sendo as mulheres mais afetadas por essa condição do que os homens.

Citando os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) de 2024, a condição de ansiedade generalizada foi referida por 38,2% das mulheres e por 24,7% dos homens. A disparidade acentua-se para o nível mais grave do indicador: 14,1% de mulheres contra 6,2% de homens.

“Em relação ao ano anterior, verifica-se um ligeiro decréscimo da prevalência destes sintomas, especialmente nos homens e na população com 65 ou mais anos”, apontam os dados divulgados

na publicação “Estatísticas da Saúde”.

O indicador global de transtorno de ansiedade generalizada era também mais elevado no caso da população idosa, com mais 4,3 pontos percentuais, e mais 3,9 pontos percentuais considerando o critério de maior severidade.

Por nível de escolaridade, a proporção de pessoas com 16 ou mais anos com sintomas de ansiedade generalizada em 2024 era menor para as que detinham o ensino superior (26,5%) ou o ensino secundário (27,3%), por comparação com as que não tinham qualquer nível de escolaridade (50,2%) ou que tinham concluído apenas o ensino básico (35,7%).

A análise por condição perante o trabalho indica que 28,4% da população empregada registava no mesmo ano algum transtorno de ansiedade generalizada, o que compara com níveis de ansiedade mais elevados na população desempregada (41,9%), e na economicamente inativa (entre 34,5% nos reformados e 40,8% nos outros inativos).

Em 2024, também de acordo com os resultados do mesmo inquérito, o grau de satisfação com a vida em geral da população em análise registava uma média de 7,3, considerando uma escala de 0 a 10 (em que zero corresponde a nada satisfeito e 10 corresponde a totalmente satisfeito), um valor ligeiramente superior ao verificado no ano anterior (7,1).

O inquérito também revela que a avaliação que os respondentes fazem da sua vida era mais elevada na população com menos de 65 anos (com uma média de 7,4 que compara com 6,9 da média obtida para a população idosa), nos homens (7,4, comparativamente a 7,2 da média obtida para as mulheres), bem como na população com ensino superior (7,8) e empregada (7,6).

“Comparando com os resultados obtidos no ano anterior, observa-se um aumento transversal a todas as categorias em análise do grau de satisfação em que as pessoas avaliam a sua vida em geral”, salienta o INE.

TSR Excelência e Experiência desde 1995

## Soluções de Software Inovadoras para IPSS na Economia Social

29 anos de liderança tecnológica, oferecendo ferramentas avançadas para instituições de solidariedade.

Assistência técnica especializada

Mais de **900 parcerias** de sucesso

Mais de **40 soluções** personalizadas

Compromisso com a satisfação total e suporte dedicado

Descubra a diferença com uma demonstração gratuita

### Transforme a sua gestão com a TSR

Acesso em qualquer lugar e informações interligadas

PI

**Plataforma Integrada WEB**

Utentes

Caixas e Pagamentos e Fornecedores

Bancos

Qualidade 3ª Idade

Rendas

Qualidade Infância e Juventude

Associados Irmãos

**tsr** sistemas de informação

+351 253 408 326  
+351 939 729 729  
tsr@tsr.pt

saiba mais em [tsr.pt](http://tsr.pt)

# Criminalidade violenta e grave aumentou no ano passado

A criminalidade violenta e grave aumentou 2,6% no ano passado em relação a 2023, com 14.385 crimes registados, enquanto a criminalidade geral desceu 4,6% ao registar 354.878 participações, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI).

O RASI de 2024, documento aprovado na reunião do Conselho Superior de Segurança Interna, dá conta que na criminalidade violenta e grave os crimes que mais subiram foram roubo por esticção (mais 8,7%), roubo de viatura (mais 106,3%) roubo em edifícios comerciais ou industriais (mais 21,7%), violação (mais 9,9%) e roubo a bancos ou outros estabelecimentos de crédito (mais 128,6%).

Os crimes que mais desceram no ano passado face a 2023 foram resistência e coação sobre funcionário (-16,2%), ofensas à integridade física voluntária grave (-6,1%), roubo na via pública exceto por esticção (-0,3%), outros roubos (-8,3%) e roubo a posto de abastecimento de combustível (-12,3%).

Sobre o crime de violação, o documento preliminar do RASI indica que no ano passado ocorreram 543 violações, mais 49 do que em 2023, quando se registaram 494. Outro dos crimes com maior aumento foi o roubo a bancos, que em 2024 totalizou 32, mais 18 do que em 2023.

Os homicídios registaram uma pequena descida, tendo sido participados 89 crimes, menos um do que em 2023.

O RASI precisa que, dos 89 homicídios, 23 foram em contexto de violência doméstica (mais um que no ano anterior), continuando as armas brancas e de fogo a ser os instrumentos mais utilizados para os homicídios.

A criminalidade geral, aquela que é registada pela GNR, PSP, PJ, Polícia Marítima, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e Polícia Judiciária Militar, totalizou 354.878 participações em 2024, menos 17.117 do que em 2023.

Segundo o documento, o crime com maior



representatividade, comparativamente com o ano anterior, foi a subida no furto por carteirista (mais 12%).

O RASI destaca também as subidas nos crimes de furto em área anexas a residências (mais 411), abuso de confiança fiscal (mais 415), furto em supermercado (mais 511) e contrafação falsificação de moeda e passagem de moeda falsa (mais 1.555).

Relativamente às descidas, o relatório realça as burlas (-66,4%), condução sem habilitação legal (-28,4%) e condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 gramas por litro de sangue.

A violência doméstica e a ofensa à integridade física voluntária simples são os tipos de crimes com maior número de participações registadas.

Enquanto a ofensa à integridade física voluntária simples subiu ligeiramente (1,1%), a violência doméstica registou uma pequena diminuição, tal como em 2023, de 0,8%.

“No entanto, continua a apresentar índices de participação muito elevados (30.221), tendo-se registado um aumento na violência contra menores (+7,2%). O crime de violência doméstica contra cônjuge ou análogo continua a ser aquele em que se observa o maior número de registos entre toda a criminalidade participada (25.919)”, lê-se no RASI.

O RASI é elaborado pelo Sistema de Segurança Interna e aprovado no Conselho Superior de Segurança Interna, órgão interministerial de audição e consulta em matéria de segurança interna que é presidido pelo primeiro-ministro.

Além dos diretores das polícias e do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e do Serviço de Informações de Segurança, fazem também parte deste órgão os ministros da Administração Interna, Presidência, Justiça, Defesa Nacional, Finanças e Obras Públicas, Transportes e Comunicações e o Procurador-Geral da República.

## LEGISLATIVAS 2025

# Confederação Portuguesa do Voluntariado quer o tema na campanha

A Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV) enviou propostas aos partidos com assento parlamentar para pedir que o tema faça parte dos programas eleitorais, conforme anunciou a instituição.

“A CPV defende uma abordagem mais ambiciosa e abrangente ao voluntariado, dada a relevância social, económica e civilizacional do setor”, refere a confederação, em comunicado.

De acordo com a estrutura, “o voluntariado em Portugal envolve milhões de cidadãos e dezenas de milhares de organizações,

desempenhando um papel crucial na construção de comunidades mais solidárias e coesas”.

A confederação considera que esse “contributo, muitas vezes invisível”, deve “ser reconhecido de forma mais clara e efetiva”, pedindo por isso que os programas partidários para as eleições legislativas antecipadas de 18 de maio identifiquem, em conjunto com “a sociedade civil e os agentes do setor, uma agenda do voluntariado que reconheça o seu valor social”.

A CPV pede que seja reconhecida como “representante da sociedade civil deste setor”, que tem uma “atuação verdadeiramente

transversal à sociedade”.

A confederação defende que os voluntários sejam isentos do pagamento do Registo Criminal e um compromisso partidário com a “revisão da legislação do voluntariado”.

“A CPV espera que estas propostas sejam seriamente consideradas pelos partidos” e está disponível para negociar com a maioria parlamentar que saia das eleições.

A estrutura integra dezenas de associações de voluntários de todo o país e pretende representar o setor junto do poder político e na sociedade civil.

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



# Uma guerra só com vencidos...

E, subitamente, a montanha pariu um elefante.

No dia 2 de abril Donald Trump apresentou, finalmente, a política tarifária sobre as importações americanas.

Na base dessa política estaria a chamada tarifa “recíproca”, a calcular país por país, a qual, supostamente, permitiria compensar as barreiras ao comércio, pautais e outras, que as diferentes nações usam para facilitar as exportações para os Estados Unidos e/ou dificultar as importações dos Estados Unidos.

A fórmula para chegar ao número mágico da tarifa “recíproca” é muito simples. Divide-se o déficit comercial americano com determinado país pelo volume de exportações desse país para os Estados Unidos e depois divide-se o ratio encontrado por dois.

Se um qualquer país exporta 100 para os Estados Unidos e de lá importa 50 tem um excedente comercial de 50. Divide-se 50 por 100 o que dá 50% e depois, para calcular o número mágico, divide-se 50% por 2, operação de que resulta uma tarifa “recíproca” de 25%.

Compreender este absurdo não é coisa para economistas, talvez os psicólogos consigam encontrar um qualquer racional para este imenso disparate.

Na base do dislate está uma ideia muito cara a alguns círculos trumpianos, de que a existência de desequilíbrios externos, déficits ou superavits, se deve a barreiras artificiais ao comércio, ou, mais prosaicamente, a batota deliberada e sistemática dos parceiros comerciais da América.

Como é evidente trata-se de ignorância grosseira. O deficit comercial americano tem muito pouco que ver com eventuais práticas desleais dos parceiros económicos, como sejam proteções pautais excessivas, desvalorização artificial da moeda ou subsídios, mais ou menos velados, a setores exportadores.

Tomemos um exemplo muito simples. Os Estados Unidos importam carros europeus, sobretudo no segmento de luxo, e exportam muitos poucos carros para a Europa. É verdade que a proteção pautal europeia nos automóveis é mais alta que a proteção americana o que pode dar algum fundamento empírico à reclamação de Donald Trump.

Contudo, não é a moderada barreira pautal

europeia sobre os automóveis que impede que os carros americanos se vendam na Europa. Países como o Japão, a Coreia do Sul e mais recentemente a China exportam quantidades significativas de automóveis para países europeus não obstante a proteção tarifária europeia.

O problema dos carros americanos é que eles são pensados para o mercado local que é muito diferente do europeu a começar pelo enorme diferencial no preço dos combustíveis. Os europeus não compram carros americanos apenas porque não são compatíveis com os seus hábitos de mobilidade automóvel. A diferença pautal tem aqui um papel mais que marginal.

Como reconhece Stephen Miran, o atual chefe dos conselheiros económicos de Donald Trump, recuperando uma ideia velha de décadas do economista Robert Triffin, na base do deficit comercial americano está o facto de os Estados Unidos serem os emissores de dólares que são a principal moeda de reserva global e a mais importante moeda transacional no comércio internacional.

Trata-se de um enorme privilégio para os Estados Unidos, mas que vem com um custo. Como a procura por dólares não tem que ver apenas com os fluxos de comércio, mas resulta em larga medida do seu papel de moeda de reserva e de base de transações internacionais, a cotação do dólar estará tendencialmente sobreavaliada em relação ao que seria necessário para equilibrar a balança comercial. Calcula-se que o dólar tivesse de desvalorizar entre 30 a 40% para que o equilíbrio fosse alcançado.

Uma outra forma de ver que o deficit americano tem pouco ou nada que ver com questões pautais é quase meramente contabilística. Um país tem sempre deficit externo quando aquilo que os seus agentes económicos (famílias, empresas e estado) desejam investir é superior ao que desejam poupar. Acontece que a poupança interna americana é muito inferior ao investimento pelo que, enquanto a situação se mantiver, os Estados Unidos serão deficitários com o exterior.

Como o essencial do deficit americano não se deve à ausência de reciprocidade pautal, nem a batota deliberada e sistemática dos parceiros comerciais, aumentar brutalmente as tarifas de importação não vai, obviamente, resolver rigorosamente nada.

As verdadeiras soluções poderiam ser uma

desvalorização significativa e internacionalmente concertada do dólar como parece defender Scott Bessent, o atual secretário do tesouro da administração Trump, a imagem dos famosos Plaza Accords dos anos oitenta, ou a resolução dos desequilíbrios macroeconómicos internos aos Estados Unidos o que implica uma redução da procura interna, a começar pela procura do estado que tem corrido nos últimos anos déficits colossais e que são insustentáveis.

Infelizmente nenhuma das soluções que poderiam ser efetivas está disponível. Depois da acrimónia gerada pela administração Trump, com a sua absurda e agressiva política tarifária, não se vê onde esteja o clima para gerar um consenso internacional para uma desvalorização concertada e não disruptiva do dólar.

Por outro lado, também não se vê como se possa resolver o tema do deficit público americano quando o que Donald Trump prometeu foi uma redução de impostos e, por outro lado, não serão com certeza as acrescidas receitas aduaneiras que vão salvar o dia.

O aumento das tarifas aduaneiras americanas não vai resolver rigorosamente nada do problema de fundo, mas tem o potencial de fazer muito mal à América e ao mundo.

Os preços vão subir, provavelmente dificultando o caminho descendente das taxas de juro e não é de excluir uma recessão, quer nos Estados Unidos quer nos países mais afetados pelo aumento brutal das tarifas.

As reações dos mercados foram as que seriam de esperar embora com uma notável exceção.

As bolsas caíram a pique com receio de um eventual episódio recessivo, os preços das obrigações do tesouro americano subiram (o que é o mesmo que dizer que as taxas de juro implícitas baixaram) porque se transformaram no ativo de refúgio, mas curiosamente o dólar desceu.

Não costuma ser assim – em tempos de turbulência o dólar tem tendência para apreciar dado que é visto como o refúgio mais seguro.

Confesso que ainda não encontrei qualquer justificação razoável para esta anomalia.

Contudo, não é de excluir que este comportamento inabitual do poderoso dólar seja um sinal dos tempos. Porventura, o mundo como o conhecemos nas últimas décadas chegou ao fim e o que aí vem, infelizmente, pode não ser bonito de se ver.



**ESPECIALISTAS  
EM FORNECIMENTO  
ALIMENTAR  
E NÃO ALIMENTAR**



**30** ✓

Marcas Representadas

**19** ✓®

Marcas Próprias

**5.800** 🚚

Pontos de entrega

**4.800.000** 🚛

km / ano

**120.000** 📦

Toneladas /ano  
de alimentos de alta  
qualidade

**175 M** €

Em vendas

**100%** 🇵🇹

Cobertura Nacional  
e Ilhas (Madeira e Açores)  
e exportação para África,  
Ásia, Europa e América

**+24.000** 🧴

Referências alimentares  
e não alimentares

**8** 🏠

Plataformas Logísticas:  
Lisboa, Porto, Viseu,  
Covilhã, Algarve, Açores  
(São Miguel e Terceira)  
e Madeira



LISBOA: 210 420 000  
ALGARVE: 282 484 009  
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600  
VISEU: 232 430 470  
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550  
TERCEIRA: 295 513 048  
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS  
Nº 2008/AMB0364  
Nº 2019/SST.0521  
Nº 2006/CEP2827  
Nº 2008/GSA0037

**TRIVALOR**  
trivalor.pt



**O melhor do mundo são mesmo as crianças.**

#### FICHA TÉCNICA

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Eugénio Fonseca, Henrique Rodrigues, José Figueiredo e Paulo Pedroso | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

## AUTOMAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

# Perto de um terço do mercado de trabalho português pode desaparecer

Empregados de mesa, operadores de caixa, trabalhadores de vendas são as profissões em maior risco de desaparecimento por causa da automação e inteligência artificial. As profissões de colapso, que representam cerca de 30 por cento do emprego em Portugal, estão ameaçadas. No lado oposto, 22,5 por cento do emprego, estão as profissões em ascensão que vão beneficiar do avanço do conhecimento e da tecnologia. É caso dos analistas e programadores, especialistas em finanças e contabilidade, professores, especialistas em vendas e marketing, matemáticos, médicos, entre outras. Ou seja, mais de um terço dos empregos em Portugal tem uma “baixa exposição” aos efeitos da automação, mas 28,8% correm “sérios riscos” de desaparecer, conclui um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

O estudo “Automação e inteligência artificial no mercado de trabalho português: desafios e oportunidades” categoriza 120 profissões em Portugal mais expostas às mudanças tecnológicas associadas à inteligência artificial e automação, com base nos potenciais efeitos destrutivos e transformativos.

Segundo o estudo, as “profissões em ascensão”, que podem beneficiar dos efeitos da digitalização e da IA, representam 22,5% do emprego em Portugal, sendo a segunda classe menos populosa.

Por outro lado, 12,9% das profissões encontra-se categorizada no “terreno das máquinas”, podendo também usufruir de ganhos de produtividade com o uso da IA, segundo a análise, realizada com base nos dados dos Quadros de Pessoal do MTSSS, referentes a 2021, e que abrange 3,2 milhões de trabalhadores (quase totalmente do setor privado).

Isto significa que “a larga maioria do emprego não está posicionada para desfrutar dos efeitos positivos que podem advir da complementaridade da inteligência artificial com o trabalho humano”, conclui o estudo coordenado por Rui Baptista, professor do Instituto Superior Técnico.

Neste contexto, o estudo refere que mais de um terço dos trabalhadores (35,7%) está em profissões pouco expostas à automação, mas também com fraco potencial de transformação, categorizadas como no “terreno dos humanos”.

Ainda assim, quase três em cada dez (28,8%) estão categorizadas como “profissões de colapso”, podendo enfrentar “sérios riscos” de desaparecer, “dada a sua vulnerabilidade à disrupção tecnológica”.

Este é, aliás, o segundo grupo de maior dimensão, depois das profissões do “terreno dos humanos”. É nesta categoria que inserida aquela que é considerada como a maior profissão em Portugal: “outros trabalhadores relacionados com vendas”, que correspondia a 5,3% do emprego em 2021.

No top 10 das maiores profissões estão ainda outras duas “profissões em colapso”: “outras profissões elementares”, com uma quota de 3,1% no emprego, e “empregados de mesa e bar”, com uma quota de 2,5%.

Por outro lado, segundo este policy paper, que faz parte de um estudo mais alargado, nenhuma das 10 maiores profissões em Portugal está categorizada como uma “profissão em ascensão”.

Além disso, os trabalhadores nas “profissões em colapso” são também os que, em média, têm rendimentos mais baixos e poucas qualificações, enquanto os abrangidos pelas “profissões em ascensão” têm “rendimentos do trabalho mais elevados, devido às suas “exigências avançadas ao nível das competências digitais”, assim como um maior número de qualificações: 63,4% têm, pelo menos, um diploma de ensino superior (o que compara com apenas 5,4% nas profissões em colapso).

Os autores do estudo alertam, por isso, que os trabalhadores nas “profissões em colapso” estão numa “posição mais vulnerável em caso de desemprego ou de emprego precário” e pedem “soluções urgentes para a provável reestruturação ou desaparecimento dos respetivos empregos”.

“Assim, os decisores políticos deverão desde já acautelar um cenário de pressão adicional sobre o sistema de Segurança Social e considerar a implementação de políticas ativas, com objetivos como a requalificação dos trabalhadores e dos desempregados, bem como a reinserção de desempregados no mercado de trabalho”, lê-se.

Neste contexto, os autores desta análise apresentam sete recomendações de políticas públicas, considerando que deve ser dada “prioridade central” à promoção da adaptabilidade da força de trabalho, “através de programas de requalificação focados nos trabalhadores em profissões classificadas como “profissões em colapso”, bem como reforçar os mecanismos de proteção social.

Ao mesmo tempo, dizem ser “urgente rever os currículos escolares e académicos para incorporar a literacia digital, o domínio de ferramentas de inteligência artificial e competências relacionadas com análise e comunicação” e defendem que “a adoção de tecnologias emergentes deve ser estimulada com incentivos financeiros e apoio técnico às empresas”, nomeadamente “subsídios, benefícios fiscais e suporte técnico especializado”.



**Lavandarias Profissionais IPSS**

**Milplus**

Parceiro Oficial  
**Miele**

**GRUPO LABLAD, LDA.**  
Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 MAIA TLM 917571305  
info@milplus.pt - www.milplus.pt